

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PORTUGUÊS

Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles

**A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa:
Da década de noventa à actualidade**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em
Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira

MARÇO, 2009

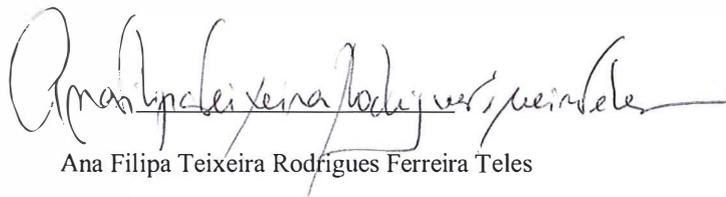


Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira.

.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A candidata,



Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles

Lisboa, 02 de Março de 2009.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Pedro Aires Oliveira

Lisboa, 02 de Março de 2009.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Pedro Aires Oliveira

Ao Instituto Camões

À Isabel Maria

**A DIMENSÃO CULTURAL DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA:
DA DÉCADA DE NOVENTA À ACTUALIDADE**

Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia Cultural, Diplomacia Pública, Política Cultural Externa, Relações Culturais Internacionais

A diplomacia pública e a diplomacia cultural ganharam especial importância para as políticas externas dos Estados a partir dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque. Portugal, atento às tendências internacionais, tem vindo a desenvolver uma política cultural externa em que sobressai a defesa da Lusofonia, seja no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa seja no da União Europeia. Face aos desafios que o século XXI anuncia, apostar numa estratégia cultural será eventualmente a forma de Portugal se afirmar também num mundo globalizado.

**THE CULTURAL DIMENSION OF THE
PORTUGUESE FOREIGN POLITICS:
FROM DE NINETIES TO THE PRESENT DAYS**

Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles

KEYWORDS: Cultural Diplomacy, Public Diplomacy, Cultural Foreign Policy, International Cultural Relations

Public and cultural diplomacy have been achieving a special importance for the foreign politics of the Nations, especially after the terrorist attacks of 9/11, in New York. Portugal, aware of these international tendencies, has been developing a cultural foreign politics in which *Lusofonia* plays a special role, not only in the context of the Community of the Portuguese speaking countries (CPLP) but also in the context of the European Union. In face of the challenges of the 21st Century, following a cultural strategy will be eventually a means for Portugal to assert its role in a globalized world.

ÍNDICE

Introdução	p. 01
Capítulo I: Cultura e Relações Internacionais.....	p. 03
Capítulo II: Experiências internacionais de diplomacia pública e cultural.	p. 15
II. 1. França.....	p. 15
II. 2. Reino Unido.....	p. 18
II. 3. República Federal da Alemanha.....	p. 20
II. 4. Estados Unidos da América.....	p. 23
II. 5. República Popular da China.....	p.28
Capítulo III: A dimensão cultural da política externa portuguesa	p. 31
III. 1. A génese da afirmação internacional da Língua Portuguesa como primeira manifestação da Cultura Portuguesa no exterior	p. 31
III. 2. A diplomacia pública portuguesa no século XX.....	P. 36
III. 3. A acção do Instituto Camões.....	p. 42
Capítulo IV: O papel da(s) língua(s) e da(s) cultura(s) na integração europeia	p. 51
Conclusão	p. 63
Bibliografia	p. 67
Glossário	
Anexos	

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Acordo Cultural
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CCP	Centro Cultural Português
CLP	Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões
DC	Diplomacia Cultural
DP	Diplomacia Pública
IC	Instituto Camões
ALE	Alemão Língua Estrangeira
BBC	British Broadcasting Corporation
CP	Cultura Portuguesa
CIA	Central Intelligence Agency
DP	Diplomacia Pública
EFNIL	European Federation of National Institutions for Language
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUNIC	European Union National Institutes for Culture
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
LCP	Língua e Cultura Portuguesa
LP	Língua Portuguesa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Portuguesa
PLP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PB	Português do Brasil
PE	Português Europeu
PLE	Português Língua Estrangeira
PLNM	Português Língua Não Materna
PLP	Países de Língua Portuguesa
PT	Portugal
RCI	Relações Culturais Internacionais
RDA	República Democrática da Alemanha
RFA	República Federal da Alemanha
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
TIC	Tecnologias de informação e comunicação
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USIA	United States Information Agency

“A nossa grande força está na cultura do espírito. Nela e na sua capacidade unificadora – em particular na sua intrínseca bondade -, no modo como se abre a todos e como por todo o Universo derrama mel e os frutos da sua natureza libertadora. No seu carácter superior reside a melhor garantia da sobrevivência – e da vitalidade – do Império Romano. As nossas armas podem vergar um povo inteiro à submissão e, ao longo dos séculos, Roma impôs a sua vontade a quase tantas nações quantas as estrelas que brilham no Firmamento. Mas a força das armas por si só, não é suficiente: submeter uma nação pelo ferro não faz com que ela nos ame... Pelo contrário! Uma vez submetidos, se aos inimigos de ontem os tratarmos com justiça, equidade e brandura, com o tempo que restará do antigo ódio? Uma ou duas gerações volvidas, a paz e os benefícios do nosso poder terão feito com que os filhos e os netos daqueles que Roma derrotou, acabem por tornar-se seus amigos. E que rivalizem entre si pela honra de possuir, nas suas cidades, os mais belos templos e pórticos, os maiores teatros, fontes e jardins, escolas e bibliotecas, mestres e discípulos... Homens que cresceram sob a doce canga das nossas artes! Como romanos; pensando e sentindo como nós pensamos e sentimos. Que necessidade existe que deles nos defendamos? Deles, que se tornaram iguais a nós?

Marco de Sousa Cunha, *Marco Aurélio. Diis Manibus*

“Winning the hearts and minds has always been important, but is even more so in a global information age.”

Nye, *Soft Power. The means to success in World Politics*

Introdução

A dissertação de mestrado que ora se apresenta tem como objecto de investigação a dimensão cultural da política externa portuguesa, desde a década de noventa até à actualidade.

A pertinência do tema justifica-se face ao crescente papel que a diplomacia cultural (DC) tem vindo a ganhar no mundo das relações internacionais (RI). Vivem-se tempos de conflitos ideológicos, chegando-se até a designar este clima de “guerra de ideias” (*war of ideas*). Desde os ataques do 11 de Setembro de 2001, a atenção política tem vindo a focar-se especialmente no confronto entre culturas e ideologias. Por esse motivo, os países mais dotados de recursos dão sinais de acorrerem a formas de DC, preparando-se para uma “batalha” de ideias e culturas, assente em estratégias de atracção e de persuasão, num exercício de poder a que Joseph Nye chamou *soft power*.¹ Portugal (PT) insere-se nesta conjuntura internacional e desenvolve uma DC, com uma história de oito décadas, destinada a lutar por uma afirmação do país no mundo e, sobretudo, nas esferas onde pretende exercer a sua influência, a Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP), a União Europeia (UE) e as Américas.

Como pergunta de partida para esta dissertação propõe-se: *i*) Como se caracteriza a DC portuguesa na década de noventa e nos primórdios do século XXI? Outras questões associadas à pergunta de partida serão: *ii*) Que eixos norteiam a DC portuguesa? *iii*) Em que zonas geopolíticas tem Portugal procurado exercer o seu *soft power*? *iv*) De que forma a Europa, enquanto bloco regional a que Portugal pertence, tem procurado afirmar-se num mundo dominado por um conflito ideológico?

Pretendemos identificar estratégias adoptadas por PT em matéria de diplomacia pública (DP) e DC, a partir de 1992, data da fundação do Instituto Camões, até ao início de 2009, tendo em conta os cenários em que é perspectivada a promoção da Língua e da Cultura portuguesa: *i*) a projecção da Língua portuguesa por PT enquanto país membro da CPLP; *ii*) a projecção da língua e da cultura portuguesa por PT enquanto Estado-Membro da União Europeia; *iii*) o papel da(s) língua(s) e da cultura(s) na integração europeia e os proventos que a Lusofonia poderá ter para PT num contexto de interculturalidade e de multilinguismo.

¹ Joseph Nye, *Soft Power - The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs, 2004.

A investigação será simultaneamente de carácter qualitativa e quantitativa, com base na análise de factos históricos nacionais e de conjunturas políticas nacionais e internacionais, que levaram à definição de uma estratégia de promoção e divulgação da Língua e da Cultura portuguesa (LCP), através da criação do Instituto Camões, em 1992, a par de outros factos históricos, tais como a realização da Exposição Mundial de Lisboa; o estabelecimento das Escolas Portuguesas no Estrangeiro; a criação e o investimento em canais internacionais de rádio e de televisão, a crescente aposta nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), entre outros aspectos que atestam a concentração de esforços realizados para fortalecer a DP e DC portuguesa.

Quanto à metodologia adoptada, a dissertação será balizada cronologicamente pela década de 90 e a actualidade. Com vista a cumprir o objecto de trabalho desta dissertação, recorrer-se-á a diversos instrumentos de investigação, tais como: *i)* pesquisa bibliográfica (consulta de obras especializadas, monografias, artigos de revistas, relatórios); *ii)* fontes documentais (consulta de documentos do Instituto Camões, documentos oficiais das instituições europeias, artigos em revistas, relatórios, dados disponíveis em sítios na internet); *iii)* fontes jurídicas (decretos, tratados e resoluções).

No primeiro capítulo da dissertação, reflectiremos sobre a relação entre Cultura e RI, com uma tentativa de definição dos conceitos de DP, DC, Relações Culturais Internacionais, e explicitação dos respectivos actores. Seguir-se-á, no segundo capítulo, uma caracterização sumária das DPs e DCs de países que se têm salientado nesta esfera de actuação, nomeadamente a França, o Reino Unido, a Alemanha, os Estados Unidos da América (EUA) e a China, com base num critério de ordenação essencialmente cronológico. No terceiro capítulo, analisaremos a dimensão cultural da política externa portuguesa, com referência às estratégias de promoção e divulgação da LCP no estrangeiro com apresentação de dados sobre a acção actual do Instituto Camões. No quarto e último capítulo da dissertação, será feita uma reflexão sobre a importância crescente que a cultura tem vindo a assumir na integração europeia.

Cumprido este plano de trabalho, não obstante a vastidão do tema, procurar-se-á aventar propostas de resposta à pergunta de partida, com o objectivo de demonstrar que a Cultura e a DC poderão desempenhar um papel fundamental no mundo contemporâneo, como contributo para a manutenção da paz e da segurança.

Capítulo I – Cultura e Relações Internacionais

No início do século XXI assiste-se a uma nova configuração do mundo, como resultado da história recente – as duas guerras mundiais, o fenómeno da globalização, os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001, a guerra ao terrorismo que se seguiu no Afeganistão e no Iraque. Estes factos tiveram grandes impactos, ainda de contornos indefinidos, no curso da história da humanidade. Parece, contudo, indubitável que o mundo se encontra hoje numa encruzilhada. Para Thérèse Delpech², apesar de não ser ainda possível atribuir uma designação a este novo mundo, não é difícil, contudo, estabelecer a data em que este se configurou – 11 de Setembro de 2001.

O actual fenómeno da globalização é objecto de um debate polémico, que abarca todas as dimensões que o compõem: a dimensão económica, política, cultural, social e ideológica. Assumido como positivo ou como negativo, por defensores ou opositores do fenómeno, parece inquestionável que possa conduzir a um agravamento das desigualdades, sobretudo entre um hemisfério norte e desenvolvido, e um hemisfério sul, em vias de desenvolvimento.

Neste novo mundo, os avanços tecnológicos, nomeadamente os *media* e a internet, encurtaram as noções de tempo e de espaço, aumentando o acesso à informação em tempo real. Neste contexto, a palavra e a imagem assumiram a centralidade do discurso. Numa época de globalização e de informação, o poder dos meios de comunicação de massas, o “quarto poder”, mobiliza as massas, provocando, internacionalmente, um clima de competição entre potências, com um agravamento dos conflitos ideológicos, uma perda de autonomia e de autoridade do Estado-soberano, face a novos actores que concorrem para a desordem e o caos mundial.³

Esta desordem agravou-se essencialmente com o final da guerra-fria. Nessa altura, simbolicamente retratada pela queda do muro de Berlim, em Outubro de 1989, passou-se de um mundo bipolar para um mundo multipolar, numa ordem mundial em que cada potência procura encontrar o seu espaço e alargar a sua esfera de influência.

² Thérèse Delpech, *L'ensauvagement - Le retour de la barbarie au XXIe siècle*, Paris, Bernard Grasset, 2005, p. 238.

³ Maria Regina Flor e Almeida, “A Diplomacia Pública”, *in* Revista *Negócios Estrangeiros*, n.º 6, Instituto Diplomático, Dezembro de 2003.

De acordo com Huntington⁴, após a guerra-fria, pela primeira vez na história da humanidade, a política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional, ao contrário do que sucedera no passado, em que praticamente o contacto entre civilizações era escasso. Este autor considera que o colapso do mundo comunista, iniciado com a queda do muro de Berlim, levou ao surgimento de um mundo em que as grandes distinções entre os povos, mais do que ideológicas, políticas ou económicas, são sobretudo culturais.

Os estados permanecem ainda os principais actores nas RI e o seu comportamento continua a ser moldado, por um lado, pela busca de riqueza e de poder, e, por outro, pelas diferenças ou afinidades culturais. Para Huntington, o mundo saído da guerra-fria já não se agrupa em três blocos (o mundo ocidental, o mundo comunista e o movimento dos países não alinhados), tendo passado a dividir-se em sete ou oito grupos de países: ocidentais; latino-americanos; africanos; hindus; ortodoxos; budistas; japoneses; árabes e muçulmanos.

Após séculos de colonialismo e de “imperialismo cultural” por parte de países ocidentais como a Inglaterra, a França, Espanha, Portugal e, de alguma forma, mais recentemente, também os EUA, as sociedades não ocidentais, em particular aquelas que se situam na Ásia Oriental, estão a assistir a processos de crescimento económico e a criar as bases de um poderio militar sustentado e de uma influência política nos *fora* internacionais crescente, os quais deixam adivinhar uma nova ordem mundial no século XXI. Com o aumento do poder e da autoconfiança de potências emergentes, como a China ou a Índia, estes permitem-se exaltar os valores culturais nacionais e, conseqüentemente, rejeitar aqueles que lhes foram impostos pelo Ocidente colonizador.

Huntington reforça a ideia de que, no século XXI, os mais importantes e perigosos conflitos a haver não serão provocados pelos confrontos entre classes sociais, mas sim por grupos pertencentes a entidades culturais díspares. No entanto, há que evitar cair na comum bifurcação entre o mundo ocidental e o mundo oriental. O mundo ocidental é uma entidade que surge em oposição a um mundo não-ocidental, mas não necessariamente oriental, uma vez que a China, o Japão, os países muçulmanos e os hindus pouco ou nada têm em comum a não ser o facto de que não se tratam de países

⁴ Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilization and the Remaking of World Order*, Londres, Simon & Schuster, 2002, p. 21.

ocidentais. Citando a tese do Orientalismo de Edward Said, Huntington considera que não se pode cair numa polarização cultural entre Ocidente e Oriente, uma vez que o espectro cultural é muito mais vasto do que esta dicotomia. A distinção deverá estabelecer-se, no futuro, entre o Ocidente e o resto do mundo. Este autor prevê que o mundo assista no futuro ao choque das culturas e civilizações.

A violência e o apelo à morte alojam-se no vazio existente no coração da modernidade, capaz de acolher novas utopias, segundo Thérèse Delpéch⁵, que considera que se vivem tempos de caos intelectual e espiritual, perceptível na atitude febril das sociedades modernas, destituídas de crenças e de valores. A fome espiritual é uma realidade mundial, que afecta tanto as mais antigas sociedades comunistas, onde o nacionalismo tenta tomar o lugar do marxismo-leninismo ou do maoísmo, como as sociedades ocidentais, onde reina o hedonismo.

Segundo a autora, verifica-se um “enselvajamento” (*ensauvagement*) do Homem europeu e, generalizando, de toda a humanidade que, esquecendo-se dos horrores das guerras do passado, parece anunciar novas calamidades no futuro. Com efeito, a história do Homem deveria ser evoluir e não regredir e esquecer as grandes conquistas e erros dos nossos ancestrais.

Parece, assim, que o mundo se está a tornar cada vez mais violento, caótico e incompreensível, o que ganha contornos ainda mais nítidos com a permanente divulgação de palavras e imagens, oferecidas através das TIC. Face a esta realidade mundial de violência e de desorientação, o papel da cultura e a acção sobre os espíritos assume uma importância fundamental. São um exemplo desta realidade os EUA. Empenhados em “minar” o bloco soviético, durante a guerra-fria, com um investimento na divulgação dos valores de liberdade e democracia da América, reduziram o seu investimento em DP e DC logo após a vitória sobre o bloco soviético. Mas o sucedido no 11 de Setembro de 2001 veio lembrar os americanos da importância deste tipo de diplomacia, concentrando a partir de então as atenções no Médio Oriente, onde, à semelhança da acção realizada durante a guerra-fria, procurarão estrategicamente incutir o apreço pelos valores da liberdade, da democracia e o respeito pelos direitos humanos que enformam a cultura e a história americanas. Um pouco por todo o mundo, a

⁵ Thérèse Delpéch, *ibidem*, p. 363.

importância da *diplomacy of ideas* (diplomacia das ideias) ressurge, no contexto de uma guerra global de ideias e crenças que caracteriza o dealbar do século XXI.

Subsiste a ideia de que a DC pode ajudar a estabelecer e a manter relações funcionais entre Estados. Ainda que um indiscutível papel nas RI, há uma enorme clivagem entre a atenção e dinheiro devotados a esta política pública face àqueles que são atribuídos à diplomacia clássica. Tal como Milton Cummings⁶ afirma, na DC está implicado um certo grau de fé. Nunca se pode planear quando surgirão os primeiros frutos do investimento realizado, sabendo-se, à partida, que o investimento terá de ser sempre a longo-prazo. Também não se pode medir o grau de sucesso das acções. Por esse motivo, o investimento público em DC torna-se difícil de justificar perante os contribuintes e muitos governos tendem a subalternizar a DC face a outras políticas, cujos resultados são mais rápidos e mais visíveis.

Na verdade, para Walker⁷, os conceitos de cultura e de RI são muitas vezes considerados contraditórios. Cultura, por um lado, faz apelo ao lado mais criativo e abstracto do ser humano, com incidência nos seus valores, visões, mundividências, o poder da língua e da expressão estética; por outro lado, as RI apelam ao lado mais brutal do Homem, porque implicam falar de guerras, bombas, mísseis e genocídios, intriga e força. O conceito de cultura tem, assim, para os estudiosos das RI, uma certa conotação de frivolidade, remetendo para o idealismo e a utopia, em contraste com a dura realidade do mundo da política internacional. Apesar de ser esta a percepção que se tem comumente, quando se pretende reflectir sobre cultura e RI, o autor considera que ambas assentam em terreno comum, pois ambos os termos convergem para uma experiência lata da existência humana.

Actualmente já se começa a assumir que a cultura desempenha um papel vital nas RI. Esta coexiste a par de outras realidades mais “pesadas” e “sérias”, tais como leis e tratados internacionais, organizações multilaterais ou poderio militar. Contudo, há autores que procuram reforçar a ideia de que a cultura foi sempre importante no relacionamento dos estados, apesar de nem sempre lhe ter sido devotada toda a merecida atenção.

⁶ Milton Cummings, *Cultural Diplomacy and the United States Government: a Survey*, Washington, D.C., Center for Arts and Culture, 2003, p.14.

⁷ R.B.J. Walker, “The concept of Culture in the theory of International Relations”, in *Culture and International Relations*, Nova Iorque, Praeger, 1990.

De acordo com Richard Arndt⁸, as origens da DC perdem-se na aurora da história da Humanidade. Desde as trocas de oferendas entre reis da antiguidade até às Expo's de hoje, a cultura foi sempre usada como uma forma de os governantes e de os países mostrarem o que são, de afirmarem o seu poder e de construírem relações duradouras. Na Idade do Bronze há vestígios de formas de DC. Segundo Arndt, por volta do terceiro milénio, já a diplomacia se tinha desenvolvido, a par da linguagem, para permitir a cooperação entre grupos de grandes dimensões. Os primeiros diplomatas eram legados que levavam mensagens e traziam informações para o reino. Estes mensageiros, séculos mais tarde, tanto na Pérsia como na Grécia Antiga, transportavam cultura estrangeira, que era posteriormente incorporada e assimilada pelas respectivas culturas. A diplomacia, nas suas origens, mais do que permitir o relacionamento pacífico entre estados-nação, fomentava o entendimento entre culturas.

Arndt considera que as grandes civilizações da Grécia e de Roma são testemunhos de grandes triunfos de DC. A Grécia Antiga exportou os seus valores por toda a Magna Grécia e, mesmo depois da queda do império, os seus valores ainda inspiravam romanos e povos aculturados sob a *pax romana*, num mundo essencialmente helenizado. A política cultural do imperador Augusto permitiu transformar Roma na capital cultural do mundo conhecido à época. Augusto foi um visionário em matéria de integração de minorias étnicas – numa sociedade multicultural como a de Roma Antiga,urgia manter símbolos de culturas estrangeiras, na *urbe*, para que todos os cidadãos, oriundos das diversas províncias do império, tivessem um sentimento de pertença àquela sociedade, numa estratégia intercultural e inclusiva que soa, nas sociedades actuais, a globalização. Arndt considera, no entanto, que a mais efectiva forma de difusão cultural da história do Homem é a expansão do cristianismo, decorrida durante sete séculos, com a emanação de ideias a partir dos judeus helenizados e dos gregos oriundos da Palestina. Esta ideia, cultura e fé – o cristianismo – expandiu-se posteriormente para a Europa e daí para o resto do mundo. Só mais tarde é que a cultura cristã, em confronto com o islamismo, se viria a tornar numa ideia política. No século IX, a ideia da criação de um império cristão, uno, inspirou Carlos Magno. Muitos séculos mais tarde, a ideia de uma Europa unida por uma mesma cultura cristã ainda vive na memória dos europeus e é ainda hoje um argumento para a manutenção do

⁸ Richard Arndt, *First Resort of Kings – American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*, Washington, Potomac Books, 2005, p.5-9.

projecto da UE e para as reservas à entrada de países com culturas não cristãs, como é o caso da Turquia.

Não obstante toda a proeminência que a cultura teve no relacionamento ancestral entre povos e nações, a DC, tal como hoje se entende, é um fenómeno que vai buscar as suas origens à segunda metade do século XVII, altura em que os franceses se começaram a empenhar em divulgar a sua cultura e a sua língua no exterior, tornando-se os pioneiros da política cultural externa, a qual se define sobretudo a partir do século XIX. É, todavia, durante o século XX que o recurso à DC se vai generalizar, a ponto de Willy Brandt afirmar, em 1966, que a DC é o terceiro pilar da política externa, a par da política e do comércio. De acordo com Dollot⁹, a tomada de consciência pelos Estados da necessidade de estabelecimento de uma política de relações culturais era, à data (1968), um fenómeno relativamente recente, apesar de se ter verificado uma intensificação das trocas culturais entre países a partir do último quartel do século XIX.

As trocas culturais assumiram então uma nova forma: a forma de comércio de ideias, obras literárias, artísticas e científicas a que as potências recorrem para se promoverem fora das fronteiras territoriais. Este comércio de ideias foi equiparado a um comércio de produtos e bens. O autor afirma que as trocas culturais entre países e continentes são anteriores à instituição dos organismos nacionais de acção cultural externa como a *Alliance Française* (França), o *British Council* (Reino Unido), a *USIA* (*United States Information Agency*), e, recentemente, o Instituto Cervantes (Espanha), o Instituto Camões (Portugal), o Instituto Confucius (República Democrática da China), entre outros. Com efeito, com a assunção da importância das relações culturais internacionais no relacionamento entre Estados, foi necessária uma coordenação oficial estatal, o que conduziu à criação de organismos específicos com o fim de promover e difundir a respectiva língua e as culturas. Actualmente, são muitos os países que dispõem de serviços de acção cultural externa, sendo alocadas avultadas somas a estas políticas, a par de acções mais concretas, como a assinatura de acordos culturais. Os contactos entre povos de culturas diferentes são reputados actualmente como um aspecto de interesse público e a política cultural surge como um investimento rentável a longo prazo. Dollot considera que, sem a intervenção do Estado, algumas trocas

⁹ Louis Dollot, *Les Relations Culturelles Internationales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968, p. 5.

culturais seriam impossíveis, devido a certas políticas nacionalistas, às burocracias e a outros entraves que as inviabilizam, pelo que é fundamental um envolvimento directo do Estado para que as relações culturais internacionais sejam efectivas.

Tal como Mitchell¹⁰ explica, tende a usar-se os conceitos de relações culturais e de DC como se se tratasse de sinónimos. De facto, ambos remetem para trocas culturais. Contudo, as trocas culturais resultantes de relações culturais podem ser da iniciativa do sector privado, indo além da acção dos governos e das respectivas agências. Pelo contrário, a negociação bilateral de tratados culturais, convenções, acordos e programas de intercâmbio cultural trata-se de DC, sendo um exemplo desta a fundação da UNESCO em 1946.

Apesar de diversas tentativas de definir DC, tal como para o próprio conceito de Cultura, a complexidade em explicar o conceito subsiste, sendo vários os académicos que têm procurado estabelecer definições para mesmo. De acordo com Cummings¹¹, DC diz respeito à troca de ideias, informação, arte e outros aspectos da cultura, entre nações e os seus povos, com vista a promover o entendimento mútuo. Mas a DC pode ser também uma “estrada de sentido único”, em vez de um intercâmbio recíproco, como se verifica nos casos em que uma nação concentra os seus esforços em promover a língua nacional, explicar as suas políticas e pontos de vista ou “contar a sua história” ao resto do mundo.

A DC surge como uma forma de *soft power* e tende a tornar-se num utensílio importante das políticas externas dos países. Para Joseph Nye¹², a natureza sempre em mutação da política internacional levou a que formas intangíveis de poder se tornassem mais importantes. A coesão nacional, a cultura universalista e as instituições internacionais estão a ganhar uma importância crescente. Foi neste contexto que Nye cunhou o conceito de *soft power*.

Para o autor, sermos capazes de influenciar os outros, levando-os a desejarem o mesmo que nós é a “segunda face do poder”. Um país determinado pode obter os

¹⁰ J.M. Mitchell, *International Cultural Relations*, Londres, Allen & Unwin, 1986, p. 2.

¹¹ Milton Cummings, *ibidem*, p. 1.

¹² Joseph Nye, *Soft Power - The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs, 2004, p. 5-11.

dividendos que deseja de um outro país se este admirar os seus valores, o tomar como exemplo, aspirar aos seus níveis de prosperidade e de abertura de espírito. O *soft power* alicia, assim, as pessoas a aderirem a determinadas atitudes e crenças, em vez de forçá-las a fazê-lo contra a sua vontade – reside no poder de atracção de um Estado em relação a outros Estados. As fontes de “poder suave” (*soft power*) residem nos valores, na cultura, nas políticas, nas instituições de um determinado país e na forma como estes elementos são percebidos pelos outros. Com a viragem de um mundo bipolar, durante a guerra-fria, para as incertezas do mundo multipolar, a DC e o seu recurso ao *soft power* ganhou um significado acrescido, como se tem vindo a afirmar.

As mudanças na ordem mundial tiveram um profundo impacto na forma como as nações constroem e projectam a sua identidade. Por esse motivo, ressurgiu de novo, como em anteriores tempos de crise, por exemplo o pós-segunda guerra mundial ou o período da guerra-fria, o debate em torno da importância da DC, enquanto instrumento da diplomacia tradicional, no fomento do diálogo entre os povos e as culturas, com o fim último e alcançar a paz e o entendimento. Na opinião de Bound *et al.*¹³, há sinais de que a DC está a assumir uma importância crescente, a par de um alargamento do conceito de DP. Países que até à data não se salientavam na política cultural externa mostram agora estar conscientes do poder da DC, tal como é o caso da China, que tem vindo a abrir agências do Instituto Confúcio em vários países; da Índia, que conta já com dezoito centros culturais dependentes do *Indian Council for Cultural Relations* (ICCR) espalhados pelo mundo; do Brasil, que planeia a abertura de um Instituto Machado de Assis, para além da manutenção de vários centros culturais brasileiros no mundo; ou da Rússia, que tem vindo a abrir filiais do Museu Hermitage, sediado em São Petersburgo, em cidades importantes e a promover exposições itinerantes do acervo deste museu. Estes dados permitem concluir que, para além das antigas potências, também os chamados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) estão já atentos ao poder da promoção e da divulgação das respectivas línguas e culturas no estrangeiro.

A par de um reinvestimento na DC, verifica-se também um alargamento do conceito de DP. Na verdade, a DC pode ser entendida como um “ramo”, uma

¹³ Kirsten Bound *et al.*, *Culture is a central component of international relations. It's time to unlock its full potential...*, Londres, Demos, 2007, p. 17.

especificação, da DP. Segundo Brown,¹⁴ o termo DP foi cunhado em meados dos anos sessenta por Edmund Gullion, da *Fletcher School of Diplomacy*, como uma forma aceitável de definir a propaganda. No entanto, a DP, tal como se entende hoje, não é entendida como propaganda – termo com sentido pejorativo – mas sim como uma forma de os governos dialogarem com o público, com as sociedades de outros países, tendo, pois, uma componente cultural e formativa com certo grau de reciprocidade. A este respeito, Ninkovich¹⁵ afirma que a DP consiste na promoção da comunicação entre povos de governos opostos. Apesar de ser nítida a diferença entre este tipo de diplomacia e a diplomacia tradicional, mais orientada para as elites e para os governos, o conceito é bastante abstracto, podendo referir-se a uma série diversa de práticas que têm como objectivo criar interacção com o público, com as massas. O autor considera que basear-se em objectivos nacionalistas ou internacionalistas pode ser concretizado como *propaganda* ou como livre circulação de ideias.

Para promover a comunicação com sociedades estrangeiras, a DP pode socorrer-se dos diversos meios de comunicação e pode ter como público-alvo determinados nichos da sociedade ou a sociedade na globalidade. Este processo de comunicação com o grande público envolve o governo, o sector privado, organizações não-governamentais, entre outros. A DC é entendida também como uma forma de comunicação com as massas, destinada a tornar um determinado país mais atraente, pelo recurso ao *soft power*, mas os seus instrumentos são mais específicos do que aqueles que são usados pela DP. Esta centra-se mais no recurso aos meios de comunicação social, ao passo que a DC recorre fundamentalmente a trocas culturais, por meio de intercâmbios de estudantes, professores, artistas, ou por meio da dinamização de espectáculos musicais, de dança, de teatro, entre outros. Os programas de intercâmbio cultural são internacionalistas e preocupam-se com a promoção do entendimento entre os povos, numa perspectiva a longo prazo. Pelo contrário, os programas de informação têm uma tradição nacionalista: são um fluxo com apenas uma direcção e têm um pendor mais marcadamente político. Contudo, a linha que separa as actividades culturais das

¹⁴ John Brown, *Arts Diplomacy: The neglected aspect of Cultural Diplomacy*, p. 81, in <http://uscpublicdiplomacy.org>

¹⁵ Frank Ninkovich, *U.S. Information Policy and Cultural Diplomacy*, Nova Iorque, Foreign Policy Association, 1996, p. 3-5.

actividades informativas não é claramente perceptível, visto que a emissão e a recepção de informação são sempre moldadas pela cultura, e a cultura moldada pela informação.

Na opinião de Jan Melissen¹⁶, a DP tornou-se num ingrediente indispensável para um novo modelo de diplomacia, uma vez que a diplomacia tradicional teve de se adaptar a novas formas de sociedade, sendo obrigada a tornar-se mais aberta e a concorrer para a cooperação transnacional. O autor afirma que, associadas ao conceito de DP, surgem as ideias de propaganda, de *nation-branding* e de relações culturais.

A propaganda, uma prática mais antiga do que a DP, pode ser entendida como a tentativa deliberada de influenciar as opiniões de uma audiência, através da transmissão de ideias e valores, com o objectivo específico de propositadamente servir os interesses dos propagandistas e os seus objectivos políticos, de forma directa ou indirecta. A propaganda assumiu contornos obscuros por ser associada às estratégias usadas pelo governo nacional-socialista da Alemanha para promover as ideias nazis, através do Ministério da Propaganda e da Informação Pública de Joseph Goebbels, ou, posteriormente, o ideário comunista durante a guerra-fria, ou até mesmo as ideias salazaristas, durante o Estado Novo, através do Secretaria Nacional de Propaganda, liderada por António Ferro. Tal como afirma Mitchell¹⁷, ainda que tenha tido um nascimento nobre, nomeadamente através da fundação da *congregatio de propaganda fide*, pelo Papa Gregório XV, em 1622, o termo tem vindo a perder aceitação. Em face do uso abusivo da propaganda para fins menos transparentes, o conceito é hoje conotado de forma negativa. Não obstante a moderna DP poder ser confundida com os velhos métodos da propaganda, a diferença entre ambas as práticas é nítida, residindo no padrão de comunicação – a DP espera reciprocidade no fluir da informação. Consiste não apenas em veicular informação mas também em recolher informação, auscultar o que as sociedades visadas têm a dizer sobre determinado tema e não impor uma visão distorcida da realidade.

Associado ao conceito de DP surge o termo *nation-branding*, ou seja, o esforço advindo de diversos quadrantes da sociedade e do governo para definir um país enquanto marca (*brand*), com vista a promover a imagem do país no estrangeiro, por

¹⁶ Jan Melissen (ed.), *The New Public Diplomacy - Soft Power in the 21st Century*, Palgrave Macmillan, 2007, p. 13.

¹⁷ J.M. Mitchell, *ibidem*, p. 28.

exemplo, por uma confluência de imagens ligadas ao turismo, cultura, educação, indústria, comércio, entre outros, acentuando a identidade nacional as aspirações futuras do país. Remete, assim, para a articulação e a projecção de uma determinada imagem da identidade nacional. Ainda que sejam conceitos muito próximos, *nation-branding* difere de DP pelo facto de esta ter como objectivo principal manter e alimentar relações externas favoráveis com outros países. Para serem efectivas, todavia, importa que ambas tenham objectivos gizados a longo prazo.

Dos três conceitos relacionados, o conceito de relações culturais é aquele que mais se aproxima de DP, uma vez que ambos os conceitos enfatizam a necessidade de interagir com as sociedades estrangeiras com as quais se pretende comunicar. Os institutos culturais preferem cumprir o interesse nacional, mantendo a sua autonomia face ao poder central, para isso dizendo-se independentes do governo. Neste aspecto, as relações culturais diferem da DP, pois aquelas procuram representar uma voz não politizada nas relações transnacionais. Apesar de pretenderem manter-se independentes, a maioria dos institutos culturais desenvolve, contudo, a sua acção sob superintendência do governo, através dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, pelo que existe sempre uma certa vontade política por trás das estratégias assumidas pelos diferentes institutos culturais, o que se justifica também porque são financiados por dinheiros públicos.

Wyszomirski¹⁸ questiona a forma como os estados denominam a DC, apurando que são diversas os modos de designar esta prática. Por exemplo, o Canadá afirma ter relações culturais internacionais, a França designa-as de DC, a Áustria prefere a designação política cultural internacional, o Japão designa-a de troca cultural, o Reino Unido adopta o termo relações culturais internacionais, entre outros países que escolhem um ou outro termo. Na lista de países em análise, o único que assume explicitamente a designação DC é a França. Apesar de em muitos aspectos se inspirar na França, nesta matéria, PT adopta a designação política cultural externa. O termo DC começa a surgir cada vez mais no discurso político e nos meios de comunicação social.

Neste dissertação, adoptaremos o termo DC, uma vez que nos referimos à promoção cultural da iniciativa dos governo. Tal como se procurou demonstrar, a consciência do poder da cultura tem sido uma constante ao longo da história da

¹⁸ Margaret Wyszomirski, *International Cultural Relations: A Multi-Country Comparison*, p. 3., in <http://www.culturalpolicy.org>

Humanidade. Os povos, as culturas e as sociedades têm tido, desde sempre, necessidade de comunicar com os povos vizinhos, promovendo, assim, os respectivos interesses. Para isso, desenvolveram mecanismos que visam estruturar as práticas de promoção e de divulgação exterior das respectivas culturas.

O debate actual em torno da importância da DC, enquanto forma de promover o diálogo e de construir pontes entre povos – pontes que podem ser percorridas posteriormente pelos políticos, na senda do interesse nacional – é actualmente candente, em face das grandes transformações operadas no mundo, desde os ataques do 11 de Setembro. Um novo mundo nasceu nesta data. Os contrastes entre culturas tornam imperioso o diálogo internacional, para que seja possível assegurar um mundo de paz e de entendimento entre os povos e nações.

II. Experiências internacionais de diplomacia pública e cultural

1. França

O primeiro país a assumir a DC como uma tarefa estatal foi a França. Para Dollot¹⁹, uma das justificações para este facto reside na riqueza da cultura francesa. O património literário, artístico e científico da França, o ênfase que este país sempre colocou no primado dos valores intelectuais e espirituais justificariam, logo à partida, uma posição de privilegiada.

Como refere Ostler²⁰, desde a Idade Média que a França começou a ser um país influente do ponto de vista cultural no contexto europeu, devido a diversos factores, tais como o crescimento da população e a produtividade agrícola do país, que gerou riqueza e bem-estar. Os franceses endinheirados puderam consumir o que havia de melhor e o seu bom gosto tornou-se influente. Paulatinamente, a língua e a cultura francesa ficaram associadas à noção de alta cultura. “A França era o país com a maior densidade populacional durante a Idade Média, na Europa, pelo que tendia a tornar-se num modelo para o resto dos países. O Francês tornou-se na língua de comércio dos mercadores.”²¹

Séculos mais tarde, durante os reinados de Luís XIII e Luís XIV, lançaram-se as bases da DC francesa, iniciando-se o processo de *rayonnement* (irradiação) cultural, que, desde então, nunca mais foi interrompido. Os franceses assumiram ter uma *mission civilisatrice* (missão civilizadora) sobre os outros povos e culturas. Como refere Mitchell, “actualmente ninguém questiona a primazia da França na empresa da promoção cultural. Os grandes reis expansionistas, nomeadamente Luís XIII (1610-1643) e Luís XIV (1643-1715), encorajaram o trabalho dos missionários e assistiram à difusão da cultura francesa através da Europa, e no Canadá e no Levante.”²²

Foi durante o reinado de Luís XIV, que a França atingiu o auge do seu poderio cultural. “Luís XIV, o Rei Sol, deu início aos seus esforços de irradiar e de projectar o intelecto francês. Livros franceses, folhetos informativos manuscritos e gazetas

¹⁹ Louis Dollot, *ibidem*, p. 36.

²⁰ Nicholas Ostler, *Empires of the Word - A Language History of the World*, Nova Iorque, Harper Perennial, 2005, p. 407.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 407.

²² J.M. Mitchell, *ibidem*, p. 22.

circulavam por toda a Europa. Mas o mais importante eram os extraordinários representantes da cultura francesa, os seus intelectuais, que faziam brilhar a cultura francesa nos cantos mais remotos do planeta.”²³

Nos finais do século XVII, a cultura francesa, especialmente a obra dos dramaturgos clássicos Corneille, Racine e Molière, era muito apreciada em toda a Europa, e Versailles ditava a moda no que se refere à vivência na corte e ao comportamento cortês. Por esta altura, o francês conquistou o estatuto de língua da diplomacia em substituição do latim. Até ao Tratado de Versailles, em 1919, altura em que ingleses e americanos insistiram em trabalhar nas suas línguas maternas, o francês foi a língua usada para a comunicação internacional. A partir desta data simbólica, o francês e a cultura francófona foram perdendo sucessivamente terreno para o inglês e a cultura anglo-americana. Já no início do século XX se previa que o francês não seria capaz de sobreviver à força da cultura anglo-saxónica, cuja influência se tornava crescente: “[...] o destino francês será tornar-se [a França] numa Atenas letrada e espiritual subordinada aos interesses de um império anglo-saxónico cuja língua adquirirá um dia uma supremacia mundial.”²⁴ A acção cultural da França, no exterior teve, a partir do século XIX, como ponto de partida, a promoção da língua francesa e a resistência contra a sua perda de influência. “a difusão do francês é assim o fundamento primordial de toda a acção aprofundada em matéria de relações culturais.”²⁵

Apesar de actualmente o Francês ser falado por cerca de 65 milhões de falantes nativos²⁶, o que o coloca em décimo lugar na lista de línguas mais faladas no mundo, esta língua foi um importante canal de promoção cultural. Actualmente, os países falantes de Francês integram a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Fundada em 1986, esta organização conta com 68 membros, definindo-se como a organização dos “*pays ayant le français en partage*”.²⁷ Uma das principais lutas da francofonia actualmente é combater a uniformização propiciada pela utilização do

²³ Richard Arndt, *ibidem*, p. 9.

²⁴ Prévost-Paradol *apud* François Chaubet, *La Politique Culturelle Française et la Diplomatie de la Langue – L’Alliance Française (1883-1940)*, Paris, l’Harmattan, 2006, p. 35.

²⁵ Louis Dollot, *ibidem*, p. 47.

²⁶ *Vide* www.ethnologue.com [acesso a 01.03.2009]

²⁷ *La Bataille des Langues*, Manière de voir, Le Monde Diplomatique, 2008, p. 45.

inglês como língua franca. Promover o multilinguismo e a diversidade cultural são objectivos primordiais da OIF.

Ainda que a DC francesa, tal como hoje se entende, só se tenha formalizado nos finais do século XIX, considera-se que a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egipto, ocorrida em 1798, constituiu a primeira manifestação de cooperação “à francesa”, “sobretudo porque, pela primeira vez, todas as áreas do conhecimento estavam, de um só golpe, entrosadas, e os sábios, os engenheiros, os intelectuais e os artistas animados por um voluntarismo político.”²⁸

Até ao século XIX, sobretudo a partir da conferência de Berlim, a consequente partilha de África e a agudização do imperialismo europeu, a promoção do francês e da cultura francesa foi essencialmente tarefa de missionários religiosos. “It was after her defeat in the war against Prussia (1870-1) that France, invoking her cultural patrimony as a means of rehabilitation, founded the Alliance Française (for teaching French in the colonies and elsewhere) in 1883, the Lay Mission (for non-religious teaching overseas) in 1902 and the Office national (for school and university exchanges) in 1910. In 1910 also a Bureau for Schools and French Foundations Abroad (*Bureau des écoles et des oeuvres françaises a l'étranger*) was set up in the foreign ministry”²⁹

Desde a criação de serviços responsáveis pela promoção da língua e da cultura francesa no estrangeiro, no Quai d’Orsay, em 1910, que estes tiveram diferentes denominações, para além do já mencionado *Bureau des Écoles des oeuvres françaises a l'étranger* o *Service des Oeuvres Françaises à l'Etranger*, os serviços designaram-se progressivamente: *i*) Direcção das Relações Culturais; *ii*) Direcção Geral das Relações Culturais, Científicas e Técnicas; e, actualmente, *iii*) Direcção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento. A evolução das diferentes designações que, no Quai d’Orsay, foram atribuídas aos serviços responsáveis pela coordenação da DC espelha o desenvolvimento de diferentes modelos implícitos de influência e de poder. Actualmente, um dos princípios que norteia a DC francesa é o conceito de mutualidade, o qual comporta uma noção de reciprocidade no intercâmbio cultural.

²⁸ François Roche e Bernard Pigniau, *Histoires de diplomatie culturelle des origines à 1995*, Paris, La Documentation Française, 1995, p. 12.

²⁹ J.M. Mitchell, *ibidem*, p. 23.

Para a acção da DC francesa concorrem actualmente diversas instituições, coordenadas pela Direcção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento a *Alliance Française*, instituto cultural fundado em 1883, conta actualmente com cerca de 1072 filiais em 135 países, frequentadas por cerca de 460 mil estudantes de Francês Língua Estrangeira³⁰; os diversos liceus franceses; e os meios de comunicação francófonos, nomeadamente a *Radio France International* (RFI), o canal *France 24* e as participações do estado francês no canal *TV5 Monde*. De acordo com uma proposta apresentada pelo Presidente Sarkozy, estes *media* poderão vir a ser agrupados num único *holding* designado Audiovisual Exterior da França (AEF). Importa ainda referir que a França desenvolve projectos de cooperação em países em vias de desenvolvimento e realiza acções de cooperação técnico-militar, em que foi também pioneira. “Il y a bien une «exception française», car la politique étrangère semble depuis plus longtemps donner place primordiale à l’expansion de “l’esprit français”, au nom de la mission civilisatrice, puis à la pratique de l’échange culturel.”³¹

2. Reino Unido

Ao contrário da França, a Inglaterra nunca assumiu ter uma missão civilizadora (*mission civilisatrice*) perante o mundo, de uma forma tão séria e tão profunda. O seu império colonial era essencialmente dominado por interesses comerciais, não sendo a cultura um valor primordial a fomentar no contexto do Império Britânico. Como afirma Mitchell, “a cultura não era um conceito que granjeava grande entusiasmo na Grã Bretanha: as partes que compõem a cultura – a literatura, a língua, as artes, a arquitectura, a horticultura, o desporto – tiveram os seus expoentes e os seus defensores, mas a Inglaterra, ao contrário da França, não tinha a tradição de os considerar, conjuntamente, como uma expressão de identidade nacional e, muito menos, como algo que devesse ser transmitido aos outros.”³²

Também ao contrário da França, que difundiu o francês essencialmente através de uma rede de escolas e professores, estabelecidos nos territórios coloniais, a Inglaterra

³⁰ Vide <http://fr.wikipedia.org> [acesso a 01.03.2009]

³¹ Alain Dubosclard *et al.*, *Entre rayonnement et réciprocité - Contributions à l’histoire de la diplomatie culturelle*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, p. 21.

³² Mitchell, *ibidem*, p. 33.

delegou o ensino do inglês e da educação inglesa sobretudo nas escolas das missões religiosas. Mas a propaganda nazi e o clima de instabilidade que se viveu entre as duas grandes guerras mundiais foram factores que levaram a que o Reino Unido (RU) sentisse necessidade de alterar a sua posição, a fim de garantir a sua esfera de influência no mundo e a manutenção do seu poderio económico. A assunção de uma política cultural externa materializou-se apenas quando os interesses britânicos começaram a ser postos em causa nas suas históricas zonas de influência.

Após um processo complexo de resistência à adopção de medidas propagandísticas, em 1934, foi fundado o *British Council*, que, a par da *Alliance Française*, viria a tornar-se num dos mais influentes institutos culturais a nível mundial. Como Mitchell afirma: “O *British Council* foi fundado com o objectivo de promover os interesses britânicos.”³³ Esta concepção unívoca da DC britânica viria alterar-se durante o século XX a ponto de, no início do século XXI, uma das principais características em que a DC assenta é a reciprocidade das trocas culturais, com o conceito de *mutuality*.

Com a elevação dos EUA ao estatuto de superpotência, após a II guerra mundial, com a conseqüente *americanização* do mundo através do fenómeno da globalização, a cultura global tornou-se essencialmente anglo-americana e o inglês transformou-se na língua franca do século XXI. Língua de cultura e de comércio, o inglês é actualmente também a língua da ciência e do conhecimento, considerando Graddol que o Inglês entrou numa quarta etapa de sua história – o Inglês Global. Para além de ser a terceira língua mais falada do mundo, com cerca de 310 milhões de falantes nativos³⁴, o inglês língua estrangeira é o idioma com mais procura a nível mundial. A importância da anglofonia assume-se, assim, não só no âmbito da *Commonwealth*, mas também no resto do mundo, pelo facto de o inglês ser considerado actualmente um *basic skill* (competência básica), o que aumenta exponencialmente o contacto de aprendentes estrangeiros com a cultura anglo-americana.

Actualmente, o valor económico da língua inglesa é inquestionável. De acordo com Bound³⁵, o Reino Unido desempenha um papel de primeiro relevo no mundo

³³ Idem, *ibidem*, p. 47.

³⁴ Vide www.ethnologue.com [acesso a 01.03.2009]

³⁵ Kirsten Bound *et al.*, *ibidem*, p.32-33.

cultural contemporâneo, sendo que a indústria cultural inglesa gera importantes receitas para o Reino Unido. No entanto, a emergência de novas potências e actores no plano económico e cultural requerem uma nova atitude por parte do governo britânico. Segundo Bound, os ingleses não estão a articular esforços de forma efectiva, uma vez que o papel desempenhado pelas instituições culturais inglesas, cada vez mais forte, fica aquém das prioridades internacionais do RU. Consciente de que não podem deter o monopólio da promoção cultural no século XXI, devido ao acesso massificado à televisão, às TIC, à iniciativa privada, entre outros, o governo britânico, através da acção de instituições controladas pelo estado, como o *British Council* e o serviço externo da BBC, aposta agora na internacionalização da sua cultura, através de um conceito que ultrapassa a mera cooperação cultural e que pretende tecer redes efectivas de intercâmbio entre o RU e os seus parceiros, bem como com países terceiros, através da mediação do RU. Por meio desta estratégia, é objectivo do RU fomentar o prestígio cultural britânico no exterior, bem como enriquecer as suas próprias organizações culturais. São exemplos destas iniciativas a promoção de exposições itinerantes de acervos de museus britânicos em países estrangeiros e/ou acolher exposições de acervos de museus estrangeiros em museus britânicos.

Um dos conceitos-chave da actual DC inglesa é o conceito de “mutualidade” (*mutuality*), o qual confere um especial enfoque à confiança entre os parceiros, através do equilíbrio nas relações culturais, do interesse recíproco, da igualdade dos actores, do entendimento mútuo e do intercâmbio. Após uma política cultural primordialmente pautada pela defesa dos interesses comerciais ingleses, o RU procura agora assumir-se como potência cultural, mas assegurando, na base da sua política cultural externa, a confiança mútua, a igualdade e a busca de um benefício para todas as partes envolvidas nas relações culturais, com vista a, em sintonia com os objectivos da política exterior do *Foreign and Commonwealth Office* (FCO), criar um mundo mais justo e mais seguro.

3. República Federal da Alemanha

A Alemanha, tal como a China, é um país com um forte potencial de *soft power*. Pátria de poetas, filósofos, teólogos e músicos, como Goethe, Schiller, Kant, Lutero, Bach e Beethoven, entre tantos outros, a Alemanha é também o país que, sob o domínio do nacional socialismo, decretou a *Endlösung* (solução final), exterminando em campos

de concentração milhões de judeus, polacos, idosos, crianças e doentes, arrastando a Europa e o resto do mundo para uma guerra total (*totaler Krieg*), que durou seis anos.

Como afirma Paulmann³⁶, a DC do Século XX foi fortemente influenciada pela experiência da guerra e do pós-guerra, esta constatação é particularmente constatável no caso da RFA. A seguir à primeira guerra mundial, durante a República de Weimar foi criado um discreto departamento no MNE responsável por promover a cultura alemã junto dos indivíduos não alemães. Mas estes primeiros passos no sentido do estabelecimento de uma DC alemã haveriam de ser prejudicados pelos abusos cometidos entre 1933 e 1945 pelo Ministério da Propaganda e da Informação Pública de Joseph Goebbels. Após a guerra, tornou-se premente a definição de uma nova *Auswärtige Kulturpolitik* (política cultural externa), destinada a procurar reabilitar a imagem da Alemanha junto da comunidade internacional.

O conceito de *Auswärtige Kulturpolitik* (política cultural externa), aplicado ao contexto alemão, foi cunhado por Karl Lamprecht, historiador de Leipzig, em 1911; o termo foi alargado posteriormente a *Auswärtige Kultur- und Bildungspolitik* (política externa de cultura e educação). Como referido no capítulo I, a importância da promoção cultural externa foi expressa pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Willy Brandt, no termo terceiro pilar (*die dritte Säule*) da política alemã.

Após a II guerra mundial, totalmente destruída, a prioridade da Alemanha, a nível interno, foi a reconstrução do país; no plano exterior, o país fora praticamente banido da comunidade internacional. Por esse motivo, os primeiros governos da RFA tiveram uma tarefa duplamente complexa. Por um lado, urgia lutar pela reintegração cultural da Alemanha na comunidade internacional, combatendo a imagem da Alemanha nazi e promovendo uma imagem de “normalidade”; por outro lado, após a divisão da Alemanha – República Federal da Alemanha (RFA), com um regime capitalista e liberal e a República Democrática da Alemanha (RDA), com um governo comunista, dependente de Moscovo – importava agora promover de forma efectiva, no estrangeiro, uma imagem da RFA como a “única representante” da cultura alemã.³⁷

³⁶ Johannes Paulmann, “Representation without emulation - German Cultural Diplomacy in Search of Integration and Self-Assurance during the Adenauer Era”, in *German Policy and Society*, volume 25, n.º 2, 2007, p. 168.

³⁷ Louis Dollot, *ibidem*, p. 79.

A necessidade de combater em duas frentes, numa primeira fase, levou a que a DC fosse assumida com seriedade desde os primórdios da RFA. Assim, em 1952, é criada a *Kulturabteilung* do *Auswärtiges Amt* (a Secção Cultural do correspondente alemão do MNE). Esta Secção Cultural ainda hoje preside à definição da DC alemã.

Concorrem actualmente para a promoção da língua e da cultura alemã o *Goethe Institut*; a fundação Alexander von Humboldt; o serviço de intercâmbio académico (DAAD – *Deutscher Akademische Austausch Dienst*); o Instituto para as Relações Externas (IFA – *Institut für Auslandsbeziehungen*), fundado em 1917, em Estugarda; as 117 Escolas Alemãs, espalhadas por todo o mundo, com 70 mil alunos, dos quais 53 mil são estrangeiros; e o canal público de televisão no estrangeiro, a *Deutsche Welle TV*.

No elenco de todas as instituições alemãs que, sob a orientação da Secção Cultural (*Kulturabteilung*), promovem a cultura alemã no estrangeiro, destaca-se o *Goethe Institut*. Fundado em 1951, em Munique dispõe actualmente de 147 dependências em 83 países e tem como tarefas o ensino do Alemão, com cerca de 80 milhões de falantes, o aperfeiçoamento dos professores de Alemão Língua Estrangeira, realização de exames de certificação de Alemão LE, disponibilização de bibliografia e imprensa em Alemão, promoção de actividades culturais, entre outras.³⁸

Atingido o objectivo da criação de uma imagem de “normalidade” e reabilitada internacionalmente a fama da Alemanha, a RFA inverte agora a sua DC, encerrando dependências do Instituto Goethe na Europa, onde recupera o estatuto de potência, e abrindo novos institutos em locais considerados estratégicos, por exemplo no Dubai, não sem grande polémica junto da opinião pública alemã. Promove simultaneamente fortes acções de cooperação para o desenvolvimento em África, no âmbito do programa *Aktion Afrika* (“Acção África”) e iniciou um programa especial para o “Diálogo Cultural Islâmico Europeu”.

À semelhança da actual DC inglesa, a característica principal da DC alemã é a ideia de reciprocidade. Para além de pretender promover uma imagem positiva da Alemanha no exterior, é seu objectivo dar a conhecer internamente as culturas dos países com os quais coopera, com vista a fomentar o diálogo e o entendimento entre povos e nações, ajudando desta forma a construir a paz a nível internacional.

³⁸ vide <http://www.goethe-institut.de>

4. Estados Unidos da América

Desde as origens da fundação dos EUA que este país exerce fascínio sobre outros povos e nações. Este poder de atracção estende-se a vários domínios – entre outros, os valores democráticos, a liberdade de expressão, o respeito pelos direitos humanos. Algumas destas características primordiais do “excepcionalismo americano” enformaram a promulgação do *Bill of Rights*, por James Madison em 1789, colectânea de leis que começou a vigorar em 1791, cuja influência sobre o espírito da Revolução Francesa e sobre as independências na América Latina, ao longo do século XIX, é ainda hoje uma hipótese válida.

Um dos primeiros viajantes europeus a manifestar-se sobre a bondade das instituições americanas, em comparação com as francesas e europeias, foi Alexis de Tocqueville. No entanto, o *soft power* americano tem sofrido fortes revezes ao longo da história bisseccular deste país. Actualmente, verificam-se grandes sentimentos antiamericanos um pouco por todo o mundo. De acordo com Joseph Nye³⁹, o poder de atracção dos EUA decaiu fortemente desde 2003, como em outros momentos da sua história, por exemplo, durante a Crise do Canal do Suez (1956), durante o movimento “*ban the bomb*”, (1950-1960), durante a Guerra do Vietname (1960-1970) ou durante a utilização de armas nucleares de médio alcance na Alemanha, durante os anos 80. O antiamericanismo revela-se actualmente de forma nítida. Face a esta situação, diferentes quadrantes da sociedade americana reclamam uma redefinição e revigoramento das políticas públicas e culturais dos EUA, no sentido de lhe ser possível, novamente, ganhar a guerra dos “corações e as mentes” (*war for the hearts and minds*), contra o radicalismo islâmico, como sucedeu durante a guerra-fria, contra o comunismo, através de um reforço de estratégias de *soft power*, em detrimento de uma preferência pelo *hard power*, visível nas políticas das recentes administrações norte-americanas. Esta posição é corroborada por Finn, que afirma “esta perspectiva [a importância da DC] escasseia actualmente, numa altura em que muitos políticos parecem acreditar que a força militar se tornou numa resposta suficiente ao radicalismo islâmico.”⁴⁰

Os EUA desempenham um papel de *outlier* (excepção) no panorama da DC internacional. Não obstante o indiscutível papel de superpotência, assumido sobretudo a

³⁹ Joseph Nye, *ibidem*, p. 35-36.

⁴⁰ Helena K. Finn, “The Case for Cultural Diplomacy”, *Foreign Affairs*, in <http://www.foreignaffairs.org>

partir do final da II guerra mundial, os EUA mostraram-se sempre reticentes em adoptar políticas de promoção de uma cultura oficial e foram a última potência a recorrer a esta estratégia. A resistência face a “uma cultura oficial” faz-se sentir mesmo a nível interno, uma vez que este país nunca teve um Ministério da Cultura, por considerar que a cultura deve ser uma tarefa da iniciativa privada. De acordo com Ninkovich, “A crença generalizada de que a diplomacia se trata de poder, combinada com a suspeição de o Estado ser um potencial «Big Brother», levou a uma apreensão crónica, na sociedade americana, face à possibilidade de o governo desempenhar um papel activo na promoção de ideias. A ausência nos EUA de um Ministério da Cultura, um organismo comum em muitos outros países, é um indicador da aversão norte-americana à existência de uma «cultura oficial». Os americanos, com a sua arreigada hostilidade ao controlo político das ideias, nunca se sentiram totalmente confortáveis com uma ligação estreita entre governo, cultura e informação.”⁴¹

A convicção, fortemente implantada no espírito liberal americano, de que a promoção cultural, quer no foro interno quer no resto do mundo, deveria ser um esforço da iniciativa privada, levou a que o governo americano só se envolvesse activamente em programas de DC a partir de 1938. Até esta data, a promoção externa da cultura americana esteve a cargo, em primeiro lugar, durante o século XIX, de instituições religiosas, e, posteriormente, no início do século XX, de instituições privadas como o *Carnegie Endowment for International Peace* (1910), o *Institute of International Education* (1919) e a *Fundação Rockefeller* (1921)

Uma alteração da postura do governo americano materializou-se a partir de 1938, como referido, na sequência da aprovação da *Convenção para a promoção das relações interamericanas*, no âmbito da conferência para a manutenção da paz, realizada em 1936, em Buenos Aires, como resultado do êxito das investidas da propaganda nacional-socialista da Alemanha hitleriana na América Latina.⁴² 1938, data em que é criada uma Divisão de Relações Culturais no Departamento de Estado, responsável pela promoção do intercâmbio entre professores e alunos, bem como diversas outras formas de cooperação intelectual e cultural no campo da música, da arte, da literatura e das artes plásticas, marca assim uma viragem nas políticas isolacionistas

⁴¹ Frank Ninkovich, *ibidem*, p. 7-10.

⁴² Milton Cummings, *ibidem*, p. 1-22.

norte-americanas, sendo a partir desta data que os EUA assumem a importância da *diplomacia das ideias* e desenvolvem um aparelho de promoção externa de informação e de cultura cada vez mais complexo, a ponto de se tornar no principal actor nesta matéria, suplantando a França nesta esfera de actuação. Como relembra Pells⁴³, durante grande parte deste período, Washington evitou promover actividades culturais oficialmente, delegando os intercâmbios intelectuais e educativos às fundações e a disseminação dos valores americanos a cargo de Hollywood. No entanto, em meados dos anos trinta, a administração Roosevelt concluiu que a segurança da América dependia da sua capacidade de comunicar com povos de outros países e de ganhar o seu apoio. Com efeito, a partir da Administração Roosevelt, os EUA tomam consciência de que os meios privados são insuficientes, num mundo onde a projecção externa da imagem é cada vez mais preponderante: se os EUA desejavam competir num mundo em que a cultura estava cada vez ligada à política externa e os governos mais intimamente envolvidos em estratégias de promoção e de projecção das suas imagens nacionais, então Washington teria de passar a adoptar algumas dessas estratégias.

É, todavia, no rescaldo da II Guerra Mundial que os esforços da DC norte-americana se tornaram mais evidentes. Em 1946, foi aprovada a Lei 584, sob os auspícios do Senador Fulbright, a qual previa que fundos originários de excedentes militares fossem utilizados para o financiamento do intercâmbio académico. Dois anos mais tarde, em 1948, o alcance desta lei foi alargado através do Smith-Mundt Act, permitindo um aumento do espectro do intercâmbio académico a mais países. Durante a Administração Kennedy, as anteriores legislações em matéria de intercâmbio cultural foram reconvertidas no Fulbright-Hays Act, conferindo-lhe mais flexibilidade. Actualmente, o Programa Fulbright é, talvez, o exemplo de maior sucesso da DC americana, permitindo que milhares de estudantes estrangeiros frequentem universidades norte-americanas e aí contactem com o *american way of life*.

Durante a década de quarenta e cinquenta outros grandes feitos marcaram os esforços da DC norte-americana: dois meses após os ataques a Pearl Harbour, em 1942, deu-se o início das transmissões da *Voice of America*, rádio de ondas curtas que rapidamente se tornou no meio mais eficiente de projectar as mensagens americanas em

⁴³ Richard Pells, *Not Like Us - How Europeans have loved, hated and transformed American Culture since World War II*, Nova Iorque, Basic Books, 1997. p. 33-65.

todo o mundo; e a fundação da USIA (*United States Information Agency*), em 1953, a qual desempenhou um papel central no combate às ideologias contrárias aos interesses americanos, até 1999, ano em que foi encerrada.

Após o final da Guerra-fria, a Europa tornou-se no principal alvo das iniciativas norte-americanas, em especial a Alemanha. A divisão de Berlim em quatro zonas dominadas pelos vencedores da guerra, os EUA, a Inglaterra, a França e, na zona oriental, a União Soviética, permitiram aos EUA exercer uma campanha forte, a partir da sua zona de influência, no sentido da desnazificação de Berlim, em particular, e da Alemanha em geral. “De todas as missões de natureza cultural empreendidas na Europa pelo governo americano a seguir à II Guerra Mundial, nenhuma foi nem maior nem mais ambiciosa do que o esforço de criar, na zona ocupação americana, uma Alemanha completamente nova, nos anos compreendidos entre 1945 e 1949.”⁴⁴

O lançamento do Plano Marshall, em 1948, durante a administração Truman, alterou, contudo, este cenário. O Plano Marshall, um plano financeiro e logístico de ajuda à reconstrução da Europa ocidental e oriental previa que Washington superintendesse as políticas e os governos europeus, não só por motivos económicos, mas também para controlar as políticas expansionistas da União Soviética, que não permitiu que os seus estados satélites usufruíssem destes fundos americanos. Segundo Pells, “a promoção da recuperação económica e o combate ao Comunismo eram os objectivos mais conhecidos do Plano Marshall. No entanto, este tinha também uma componente cultural, [...] não apenas a ressurreição do capitalismo na Europa ocidental, mas também a adopção de práticas que faziam parte da quinta-essência americana.”⁴⁵

Com o recrudescimento da guerra-fria, verificou-se um crescente investimento na promoção dos valores americanos através de práticas de DC. Combatendo a propaganda soviética, os EUA promoveram uma cruzada contra o comunismo. “A campanha pela verdade envolvia o “bombardeamento” das audiências da Europa ocidental com programas de rádio, através do canal *Voice of America*, e uma torrente de livros, revistas, comunicados de imprensa, documentários [...].”⁴⁶ Como Pells⁴⁷ afirma,

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 41.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 53-54.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 65.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 65.

os principais objectivos consistiam em convencer a Europa Oriental a resistir aos respectivos governos soviéticos e levar os países da Europa Ocidental a sentirem uma crescente solidariedade para com o povo e as políticas norte-americanos. Este esforço deu os seus frutos em Outubro de 1989, com a queda do muro de Berlim e uma conseqüente derrocada do URSS. Ao longo da década de noventa, durante a administração Clinton, o governo norte-americano encetou uma série de cortes orçamentais que culminaram com o encerramento da USIA, em 1999.

De acordo com Finn⁴⁸, os esforços da CIA (*Central Intelligence Agency*), através de diversas acções, como o apoio a intelectuais ocidentais, e da USIA, em combater o comunismo e o totalitarismo, são um testemunho da seriedade com que Washington assumiu, no passado, a importância do intercâmbio cultural como forma de fomentar o diálogo entre nações.

“Nos últimos anos tem-se verificado um alarmante crescimento do sentimento antiamericano um pouco por todo o mundo, centrado, sobretudo, no Médio Oriente.”⁴⁹ Citando Rugh⁵⁰, em Setembro de 2001 os americanos tomaram consciência de que tinham sérios problemas de imagem no estrangeiro, em especial entre os árabes e os muçulmanos. Telhami considera que a má imagem de que os americanos gozam junto do mundo árabe resulta do facto de as administrações norte-americanas terem vindo sistematicamente a negligenciar os países árabes e muçulmanos nas suas prioridades estratégicas. Segundo este autor, os árabes percebem os EUA com base nas suas políticas e não nos seus valores e, de entre estas políticas, ressalta a política pró-israelita defendida pelos EUA, sendo que “a maioria dos árabes classificou a questão isrealo-árabe como o mais importante aspecto nas suas prioridades”⁵¹ Assim, para além da invasão do Iraque pelas tropas americanas, em 2003, na base de um *soft power* norte-americano muito enfraquecido, no mundo árabe e muçulmano, reside a questão israelo-palestiniana. Segundo Telhami, tal como os americanos percebem actualmente o mundo árabe a partir dos ataques do 11 de Setembro, com todos os preconceitos e

⁴⁸ Helena K. Finn, *ibidem*, p. 1.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 1.

⁵⁰ William A. Rugh, *Engaging the Arab & Islamic Worlds through Public Diplomacy: A Report and Action Recommendations*, Washington, Public Diplomacy Council, 2004, p. 1.

⁵¹ Shibley Telhami, “Reaching the Public in the Middle East”, in *ibidem*, p. 5.

generalizações que essa interpretação do mundo árabe e muçulmano acarreta, os países árabes e muçulmanos lêem os EUA à luz da problemática do conflito israelo-palestiniano. Por esse motivo, estas percepções baseiam-se num grande mal-entendido e numa grande incapacidade recíproca de se compreenderem. Existe, conseqüentemente, a necessidade de se reinvestir em DC, em especial no mundo árabe e muçulmano, com vista a, num espírito de reciprocidade, se promover o entendimento, o diálogo e a compreensão entre os povos.

Após um gradual encerramento de centros culturais americanos na Europa, os EUA começam agora a reforçar a sua presença no mundo árabe, através do recurso às mesmas estratégias usadas durante a guerra-fria: abertura de *american corners* (cantos americanos) em universidades do Médio Oriente, disponibilização de bibliotecas, promoção de intercâmbio académico, com uma forte viragem do programa Fulbright para os países árabes e muçulmanos, radiodifusão de programas (*Radio Sawa*) e criação de canais (Al-Juhra), entre outras acções. Na esperança de conseguirem assim, como durante a guerra-fria, travar uma nova batalha nesta “guerra das ideias”, agora centrada no mundo árabe. Como afirma Nye: “os presidentes anteriores conseguiram empregar o *hard*, *soft* e *smart power* em contextos igualmente difíceis. Se antes foi possível, pode ser que seja outra vez.”⁵²

5. República Popular da China

O fim da bipolaridade, decorrente da *débâcle* da União Soviética, permitiu aos EUA assumirem-se como hiperpotência num mundo unipolar. Esta opção conduziu a uma reacção noutras potências, que rejeitam esta solução e procuram estratégias para a contrariá-la, na senda da multipolaridade.

Uma das potências que ambiciona cotejar o poderio hegemónico com os EUA é a China. Como consequência de 30 anos de reformas económicas, encetadas em 1978, após a morte de Mao Tse-tung e a posterior subida ao poder de Deng Xiaoping, este país ascendeu, por meio de reformas balizadas por políticas de liberalização do sistema económico e de abertura ao exterior, na primeira década do século XXI, ao estatuto de

⁵² Joseph Nye, “Leadership and American Foreign Policy”, p. 6, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

grande potência, com um crescimento económico que, segundo Fanjul⁵³, será considerado, provavelmente, no futuro, o mais importante e singular fenómeno da história contemporânea. Segundo este autor, “muitos encaram a pujança económica da China como uma ameaça: os produtos chineses são mais baratos e destroem empregos em muitas indústrias que não conseguem resistir à competição.”⁵⁴

Para a China – e também para a Índia – esta percepção sobre o seu ressurgimento no sistema económico e financeiro mundial, com o estatuto de grande potência, assume, contudo, contornos diferentes daqueles com que é interpretada pelo Ocidente. Com efeito, até à revolução industrial dos países da Europa Ocidental, durante o século XVIII, seguida da política colonial do século XIX, a China e a Índia eram os grandes actores da economia mundial.

Face à suspeição que a comunidade internacional revela perante o milagre económico chinês, a China tem investido fortemente na sua DP e em DC, promovendo a ideia da “emergência pacífica”. Pequim procura, no plano internacional, reforçar a ideia de que o seu crescimento se baseia numa política estrangeira de paz e de independência, no espírito da coexistência pacífica. No entanto, muitas das suas políticas são baseadas em fortes contradições, uma vez que, se por um lado assinou o tratado de não proliferação nuclear, por outro é uma potência atómica e investe fortemente na modernização das suas forças armadas, entre outros exemplos de políticas contraditórias que fazem temer a assunção da China ao estatuto de grande potência.

Uma vez que o sistema político é unipartidário, as acções de DP e DC chinesas são marcadas ainda por uma forte influência das técnicas propagandísticas próprias dos aparelhos comunistas. De acordo com Roth, “a diferença em relação aos exemplos ocidentais em que se inspira emana de um poder fortemente centralizado e que circula por canais estreitamente controlados pelas autoridades”.⁵⁵ Algumas das medidas adoptadas por Pequim, para melhorar a sua imagem, consistiram em aumentar os contactos com exterior. Este reforço concretizou-se através de um incentivo ao

⁵³ Enrique Fanjul, “30 años de reforma en China”, 2008, p. 6, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal> .

⁵⁴ *idem*, *ibidem*, p. 6.

⁵⁵ Jaime Otero Roth, “La Nueva Diplomacia Cultural China”, p. 1, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal> .

intercâmbio académico, sobretudo com os países em desenvolvimento, e da criação de uma versão chinesa do *Peace Corps* americano, o *China Association of Young Volunteers*, entre outras medidas.⁵⁶

Não obstante o *soft power* da China sofrer bastante devido a incidentes como o massacre de Tiananmem (1989) ou a forma como são tratadas pelo governo minorias regionais como o Tibet, entre outros ecos de violação dos direitos humanos, violação da propriedade intelectual e industrial, a China está consciente de que não carece de reservas de *soft power*. A China dispõe, na verdade, de uma tradição cultural milenar, que se propagou, no primeiro milénio antes de Cristo aos países vizinhos; dispõe no seu passado, a invenção do papel, da pólvora, da imprensa, da porcelana e da seda, que se difundiram pela Ásia, antes de chegarem ao Ocidente através dos viajantes medievais. Por outro lado, missionários, comerciantes e diplomatas promoveram no Ocidente a antiga filosofia chinesa, a medicina tradicional, as artes marciais, a caligrafia e a pintura chinesas.⁵⁷

Para além de uma promoção cultural chinesa baseada na exaltação das glórias culturais do passado milenar, foram lançadas diversas medidas para promover a sinologia no mundo ao nível do ensino universitário mas também do ensino básico. Verifica-se também um forte investimento na expansão da rede de Institutos Confúcius, tendo a China como objectivo abrir pelo menos cem Institutos Confúcius em todo o mundo nos próximos cinco anos.⁵⁸

A China tem grande potencial de *soft power* o que, aliado a um actual espírito de *Realpolitik*, potencia uma aproximação a Pequim. Mas a força da cultura chinesa não é imune às contradições políticas de Pequim. Tal como afirma Nye, se é verdade que a promoção cultural confere algum *soft power* aos países, as políticas internas estabelecem limites a esse *soft power*, e esta premissa aplica-se particularmente ao caso da China.⁵⁹

⁵⁶ Joshua Kurlantzick, *Charm Offensive - How China's Soft Power is Transforming the World*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2007, p. 63.

⁵⁷ Jaime Otero Roth, *ibidem*, p. 4.

⁵⁸ Joshua Kurlantzick, *ibidem*, p. 68.

⁵⁹ Joseph S. Nye Jr., *ibidem*, p. 88-89.

III – A dimensão cultural da política externa portuguesa

1. A génese da afirmação internacional da Língua portuguesa como primeira manifestação da Cultura portuguesa no exterior

À semelhança de grandes potências ocidentais, tais como a França, a Inglaterra, a Alemanha e os EUA, PT dispõe de *soft power*, presente não só no mundo lusófono mas um pouco por todo o mundo, atestado pela existência de inúmeras associações de lusitanistas. A afirmação da língua e da cultura portuguesa, para além das fronteiras nacionais, tornou-se marcante a partir do século XV, com o início dos Descobrimentos e o indelével contributo dos portugueses para a globalização então iniciada. A este respeito, Ivo Castro afirma: “Se 1415 simboliza o início da expansão portuguesa [conquista de Ceuta], essa data significa igualmente ter começado a exportação de falantes de português para territórios ultramarinos. É uma exportação que vai ter consequências linguísticas diversas, conforme o número de falantes partidos para um mesmo destino e conforme as relações que eles irão estabelecer com as populações autóctones.”⁶⁰

A partir da expansão ultramarina, tiveram início as primeiras políticas de promoção e divulgação da LCP no exterior. Citando Verdelho, existe documentação “que testemunha e dá notícia do português em composições bilingues e plurilingues, fazendo parceria com dezenas de línguas dos vários continentes, sobretudo em obras de carácter didáctico, impressas ou manuscritas: cartilhas para instrução elementar, gramáticas, dicionários e outros materiais escolares, e livros para a exercitação religiosa.”⁶¹ A promoção do português no espaço transeuropeu da navegação torna-se num desígnio político a partir do rei D. João II. No espírito do humanismo e do Renascimento, surgiram em toda a Europa discursos apologéticos sobre a perfeição das línguas, a que os intelectuais portugueses não ficaram alheios. Foi neste espírito que, em 1536, Fernão de Oliveira publicou a *Grammatica da lingoagem portuguesa* a que se seguiu, em 1540, João de Barros com a *Gramática da LP e Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

⁶⁰ Ivo Castro, *Curso de História da Língua portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991, p. 249.

⁶¹ Telmo Verdelho, “Encontro do Português com as línguas não europeias. Textos Interlinguísticos”, in *Encontro do Português com as línguas não europeias – Exposição de textos interlinguísticos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de PT, 2008, p. 10-20.

Nos primeiros anos do seu reinado, D. Manuel ordenou o envio de livros para África. A coroa portuguesa promoveu, a partir desta altura, a divulgação da LP através da disseminação da palavra impressa e manuscrita. “As naus portuguesas que partiam para a África e para o Oriente transportavam uma inesperada mercadoria – «mercadoria espiritual», como diria João de Barros, constituída pelas «artes de aprender a ler», as «cartinhas», ou «cartilhas», com o alfabeto, o silabário e a doutrina cristã, para servirem ao ensino da língua.”⁶² materiais que poderiam ser considerados, ressalvada a anacronia, como os primeiros materiais de ensino de português Língua Estrangeira (PLE). No entanto, mais eficaz do que estes “programas de apoio bibliográfico” enquanto “processo de aculturação linguística e civilizacional, foi a instalação da tipografia e a capacidade de produzir mais livros e de partilhar a sua fabricação e as vantagens dos recursos desta técnica.”⁶³ A instalação da imprensa nas colónias não ocorreu toda ao mesmo tempo, tendo sido os territórios orientais a beneficiar, em primeiro lugar, deste avanço técnico, nomeadamente Goa (1556), Macau (entre 1584 e 1588) e o Japão (1591). Tanto o Brasil como a África, hoje dita lusófona, só mais tarde seriam dotados de serviços de tipografia. Após tentativas sem sucesso, em 1808, com a deslocação da Corte para o Brasil, D. João VI fundou a Imprensa Régia e, nas colónias africanas, em meados do século XIX, com a criação do *Boletim Oficial* de cada uma das diferentes colónias portuguesas.

Para além da acção de promoção cultural realizada em territórios ultramarinos, em torno do fenómeno das Descobertas e da expansão, noutros reinos da Europa, concomitantemente, outras figuras da intelectualidade portuguesa renascentista ganhavam visibilidade, tais como Damião de Góis (1502-1574), que, nas suas itinerâncias pela Europa quinhentista, se relacionou com Lutero, Albrecht Dürer e Erasmo de Roterdão; Francisco de Holanda (cerca de 1517-1584) que, numa viagem a Itália, conviveu com Miguel Ângelo. Outros nomes, no espírito de abertura ao mundo que se vivia à época, tiveram forte impacto na CP, tais como, por exemplo, Luís de Camões, Francisco Sá de Miranda e o pintor Grão Vasco.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 17-18.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 19.

A história das Descobertas e da expansão ultramarina portuguesa levariam à afirmação da LP como *língua imperial*, nas palavras de Ostler⁶⁴. Segundo este autor, “o português expandiu-se enquanto instrumento ao serviço do comércio e da comunicação internacional, i.e., como uma língua franca.”⁶⁵ No entanto, de *língua franca* das elites, o português transformou-se também, ulteriormente, em língua de trabalho das classes trabalhadoras e daqueles que se haviam convertido ao cristianismo.

Os séculos XV e XVI lançaram, assim, as bases da expansão transeuropeia da língua e da cultura portuguesa, transformando o português na sexta língua mais falada do mundo, com uma comunidade de 230 milhões de falantes. “Ainda que a expansão ultramarina portuguesa seja a causa principal da importância que o português tem actualmente no mundo, em termos de número de falantes, o que originou a génese do conceito de Lusofonia e a levar, durante a década de noventa do século XX, à criação da CPLP, Nicholas Ostler considera que a ascensão do português ao estatuto que detém actualmente (176 milhões de falantes nativos⁶⁶, posicionando-se em sétimo lugar no mundo, à frente do alemão, do francês e do japonês) se deve sobretudo ao desenvolvimento económico e conseqüente crescimento populacional do Brasil, nos últimos três séculos, mais do que à promoção do português como língua da administração colonial e como língua franca na Ásia, aspectos que atingiram o seu auge há quatrocentos anos.”⁶⁷

Ao atribuir especial importância ao desenvolvimento económico e demográfico do Brasil, Ostler parece subvalorizar, pois, o passado colonial português como catalizador da difusão do português a nível internacional. Segundo o autor, por volta de

⁶⁴ Nicholas Ostler, “Síntese da intervenção de Nicholas Ostler”, in *Promoção da Língua portuguesa no Mundo*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008, p. 25.

⁶⁵ Nicholas Ostler, *Empires of the Word - A Language History of the World*, Nova Iorque, Harper Perennial, 2005, p. 365-388.

⁶⁶ O número de falantes de português varia conforme as fontes. Nicholas Ostler apresenta um valor de 176 milhões de falantes, que vai ao encontro do número disponibilizado no sítio www.ethnologue.com [acesso a 01.03.2009], que indica a existência de 176 milhões de falantes nativos e 191 milhões de falantes, quando considerados os falantes de Português Língua Segunda. Surgem, no entanto, valores que oscilam entre os 230 e os 240 milhões de falantes (*vide* <http://pt.wikipedia.org> [acesso a 01.03.2009]). O sítio do centro de informação Jacques Delors refere a existência de 230 milhões de falantes (*vide* “Português no mundo”, in <http://www.eurocid.pt> [acesso a 01.03.2009]), que será o número total de falantes de português assumido nesta dissertação.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 395.

1650, antes da descoberta das minas de ouro do Brasil, 150 mil pessoas falavam português no Brasil, ao passo que, em Portugal, uma população de 1 milhão e 75 mil habitantes falavam já a LP. A situação inverteu-se com a corrida ao ouro, aspecto que influenciou a definição de uma política linguística de proibição do uso de línguas locais índias. Actualmente, para cada falante de português europeu (PE), em PT, há 16,7 falantes de português do Brasil (PB). Estes dados diferem de forma muito significativa em relação aos dados do inglês, que apresenta um falante inglês para quatro americanos; ou do espanhol, com três falantes no México para cada falante na antiga metrópole. A França distingue-se neste contexto, uma vez que a antiga metrópole tem mais falantes do que toda a restante comunidade francófona.⁶⁸

A importância do Brasil na afirmação internacional da LP é, aliás, um aspecto partilhado por diversos autores. Sobre esta matéria, Adriano Moreira afirma, “Temos como vínculo mais geral de todos a língua, onde se conservou [território nacional], mas acontece que também é património do Brasil, que o usa como seu. E como a lei do número parece ter aqui um campo especial de actuação, tem de aceitar-se que quando se ensina a Língua portuguesa nos EUA ou no Japão, é porque se fala português no Brasil, e não porque se fala em Portugal. Este facto, que fica anotado, não pode ser ignorado na política de língua, nem na definição dos meios de comunicação social portugueses, nem na avaliação as perspectivas de que os nossos criadores de cultura vejam a sua obra expandir-se para além das fronteiras”.⁶⁹

A mesma ideia é defendida por Oliveira e Dornelles, autores que consideram que, desde que a expansão da língua e da cultura no exterior se tornou num objectivo de Estado, tanto Portugal, através do Instituto Camões, como o Brasil, por meio do departamento cultural do Itamaraty, não obstante alguns momentos de convergência, têm dado sinais de um diálogo pouco linear, de que poderá ter que resultar uma perda de oportunidades para a LP de vir a ocupar um papel de relevo no mercado internacional das línguas.⁷⁰ Por esse motivo, afirmam estes autores, “o reconhecimento das diferenças contextuais e das urgências e especificidades de cada um dos países da

⁶⁸ Idem, “Síntese da intervenção de Nicholas Ostler”, FLAD, p. 63.

⁶⁹ Adriano Moreira, “O Poder Cultural”, *in* Nação e Defesa, n.º 18, Abril-Junho, 1981, p. 48-49.

⁷⁰ Gilvan Müller de Oliveira e Clara Dornelles, “Políticas internacionais del portugués”, p. 4-5, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

CPLP demonstrou que é necessário conceber políticas linguísticas locais e globais a partir de blocos regionais e políticos e deixar de fazê-lo com base em políticas exclusivamente nacionais.”⁷¹

De acordo com Adriano Moreira, “Portugal foi sempre um país exógeno, isto é, necessitando de um apoio exterior à sua definição política e constitucional, para enfrentar a hierarquia das potências de cada data, e viabilizar o conceito estratégico nacional.”⁷² No início do século XXI, essa fundamentação exterior encontra Portugal na integração europeia, iniciada em 1986, e na CPLP, criada em 1996. Para Victor Marques dos Santos, “no ambiente relacional globalizante do início do século XXI, a CPLP afirma-se como uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do factor linguístico e cultural comum, funcionando como matriz de potenciação das culturas irmanadas pela lusofonia.”⁷³ Este autor considera ainda que “A defesa da língua e da cultura portuguesa perspectivadas, simultaneamente, enquanto factores patrimoniais da matriz identitária da nação portuguesa, e enquanto factores de projecção estratégica de Portugal, no sentido da realização dos respectivos interesses, através da concretização de objectivos politicamente identificados insere-se, inequivocamente, num conceito alargado de Defesa Nacional.”⁷⁴

Com a Declaração Constitutiva da CPLP, assinada no dia 17 de Julho de 1996, em Lisboa, os sete estados que integraram esta comunidade propuseram-se conjugar iniciativas no sentido de promover o desenvolvimento económico e social dos seus Povos e a afirmação cada vez maior da LP.

Ainda que de definição difícil e não consensual, a Lusofonia, muitas vezes confundida com as teses lusotropicalistas sistematizadas por Gilberto Freyre, de que o regime salazarista se serviu para justificar o colonialismo português, é um dos aspectos mais importantes da afirmação da CPLP no mundo. A assunção da importância da defesa da LP pelos países membros da CPLP, colocados perante os desafios da

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 4-5.

⁷² Adriano Moreira, “A Diplomacia Portuguesa”, in Revista *Negócios Estrangeiros*, n.º 10, Fevereiro de 2007.

⁷³ Victor Marques dos Santos, “Lusofonia e Projecção Estratégica. Portugal e a CPLP”, in *Nação e Defesa*, n. 19, Instituto de Defesa Nacional, 2004, p. 126.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 126.

globalização, levaram a que, na última Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, em Julho de 2008, fosse assumido o relevo da projecção do português como “língua global”, a partir de políticas linguísticas a serem implementadas por todos os países membros. A defesa da LP e das culturas que se exprimem nesta língua, a nível deste bloco regional, é atribuição do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), instituição sediada em Cabo Verde, cuja assembleia constituinte teve lugar em Brasília, na IV Conferência Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, entre 31 de Julho e 1 de Agosto de 2002.

Volvidos cerca de sete anos desde a criação do IILP, a sua actuação desenrola-se ainda com grandes vicissitudes, no entanto, é a esta instituição que cabe a planificação e a execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da LP como veículo de cultura, educação, informação e acesso aos conhecimentos científico e tecnológico. Segundo os seus estatutos, deverá ainda caber ao IILP a promoção da utilização do português em *fora* internacional, tais como Organizações Internacionais. De *língua imperial* do império colonial português, no século XXI, a LP procura assumir-se como língua efectivamente partilhada por todos os povos e sociedades que se expressam em português.

2. Diplomacia pública portuguesa no século XX

Para Eduardo Prado Coelho: “Se a política da cultura é uma invenção recente, ela é ainda mais recente entre nós – na sua forma moderna e «desideologizada» (isto é, livre de pressões propagandísticas), ela data do 25 de Abril. Se a política da cultura é uma invenção recente, então também poderemos dizer que a política da cultural no estrangeiro é ainda mais recente em Portugal.”⁷⁵ Este autor propõe, desta forma, um marco para o início da política cultural externa – a revolução de 1974. Como em muitos aspectos da história contemporânea de Portugal, este acontecimento foi marcante para a definição das políticas culturais portuguesas no exterior. Com o final do regime totalitário, em 1974, foram negociadas as independências da maioria das antigas colónias, que se tornaram estados autónomos e independentes em 1975, estados esses

⁷⁵ Eduardo Prado Coelho, “Política Cultural Externa. Um balanço”, Revista *Obs.* N.º 2, Observatório das Actividades Culturais, Outubro 1997, p. 4.

que viriam a ser parceiros de Portugal na CPLP, actualmente considerada uma dos eixos da política externa portuguesa.

Não obstante, contudo, uma alteração das políticas culturais realizadas no exterior a partir do 25 de Abril de 1974, é inegável a existência de um esforço de DC por parte de PT, logo nas primeiras décadas do Século XX. Com efeito, em Janeiro de 1929, por ordem de Gustavo Cordeiro Ramos, então ministro da instrução pública, foi publicado um decreto que fundava a Junta da Educação Nacional (JEN), organismo que, para além de procurar dar resposta às crescentes necessidades do desenvolvimento científico português, tinha já como tarefa promover a língua e a CP no mundo. Tem-se assumido que esta instituição o mais antigo antecessor do Instituto Camões, que, desta forma, completou em 2009 oitenta anos de existência, após sucessivas refundações. Na verdade, depois de uma fase inicial em que a promoção do português esteve entregue à Junta da Educação Nacional, em 1936, durante o Estado Novo, esta foi transformada em Instituto para a Alta Cultura e, em 1952, Instituto de Alta Cultura. Em ambas as designações se vislumbra a importância da promoção exterior da produção cultural da intelectualidade portuguesa sob a forma de *haute culture*. Após a revolução do 25 de Abril de 1974, o Instituto de Alta Cultura foi extinto e as suas competências divididas entre o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e o Instituto de Cultura Portuguesa, criado em 1976, o qual assegurou a promoção da língua e da cultura portuguesa no exterior, até à criação do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), em 1980.⁷⁶

Durante os doze anos de vigência do ICALP, extinto com a criação do Instituto Camões, em 1992, abriram-se novos desafios para a política cultural externa portuguesa, por um lado, como já referido, devido à renovação de relações com as ex-colónias, por outro no seguimento da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Foi, pois, no decurso dos anos oitenta e em consequência da acção do ICALP que se desenharam as estratégias de promoção do português na África lusófona e na Europa.

Em face deste breve historial das instituições que, nos últimos oitenta anos, assumiram como tarefa, entre outras, a divulgação e a promoção cultural externa da

⁷⁶ In www.ihc.fcsh.unl.pt

LCP, há elementos que permitem considerar questionável a afirmação de Eduardo Prado Coelho sobre a inexistência de uma DC anterior à revolução de Abril. Eduardo Prado Coelho acrescenta, inclusivamente, que a política cultural externa é “tão recente que talvez se possa nem ter a certeza de que já tenha começado a existir.”⁷⁷

A revolução do 25 de Abril constitui, certamente, uma cisão na forma como PT percepciona a importância da sua DC, em concreto, e da sua DP, em geral. Esta ruptura irá dar os seus frutos sobretudo na década de noventa, uma vez que PT se empenhou numa série de iniciativas que tiveram por objectivo projectar uma nova imagem do país no exterior. Como afirma Eduardo Prado Coelho: “Ninguém ignora um certo número de iniciativas que constituíram marcos decisivos numa abertura de Portugal ao estrangeiro: refira-se a Europália em 91, a Lisboa-94, a presença de Portugal na Feira do Livro de Frankfurt em 97, e, neste mesmo momento, a anunciada Expo 98.”⁷⁸ No artigo citado, escrito em 1997, o autor previa já a importância que a Exposição Mundial de Lisboa, aberta ao público entre 22 de Maio e 30 de Setembro de 1998, em comemoração dos quinhentos anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, tendo como tema central «Os Oceanos, um património para o futuro», viria a assumir para a projecção exterior de Portugal e a constituir-se como acontecimento de “carácter excepcional”, sendo que a sua produção é “uma ocasião para a actividade diplomática e a sua realização é sempre um importante instrumento promocional externo”, que entre diversos objectivos, visou integrar Portugal no roteiro cultural europeu e mundial.⁷⁹ “A Expo’98, precisamente, foi uma peça importante na projecção internacional, num período marcado por uma presença portuguesa intensa em diversas frentes diplomáticas, de grande visibilidade internacional. Entre várias iniciativas nesse sentido, recorde-se: Portugal como membro do Conselho de Segurança da ONU; como país integrante do núcleo fundador do euro; como protagonista de iniciativas em torno da situação o povo de Timor Leste.”⁸⁰

⁷⁷ Eduardo Prado Coelho, *ibidem*, p. 4.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁷⁹ Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Impactos Culturais da Expo’98*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 1999, p. 10.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 122.

Ao contrário da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, que, apesar de integrar aspectos das grandes exposições mundiais, cujas origens se atribuem à Exposição de Londres de 1851, teve essencialmente um conteúdo isolacionista e colonialista, a Expo'98 surgiu na sequência de uma série de mega-eventos culturais que, em oposição ao Antigo Regime, pretenderam projectar Portugal no contexto internacional, isto é, “exportar uma imagem de Portugal substancialmente diferente da que normalmente é publicitada nos roteiros turísticos”⁸¹ e, sobretudo, para “desfazer estereótipos culturais.”⁸² Com efeito, por meio da Expo'98, pretendeu-se projectar para a comunidade internacional uma imagem renovada, “assente em parâmetros de modernidade com que habitualmente se definem e identificam os países mais desenvolvidos.”⁸³ Por fim, “Pode dizer-se que a revalorização e renovação da identidade nacional, assente na imagem de um País moderno com capacidade de protagonismo foi um dos projectos inerentes à Expo'98, vocacionado em grande parte para a promoção externa do País.”⁸⁴ Para além do esforço de recriação da imagem de Portugal no exterior, a nível interno serviu para reconstruir a identidade colectiva nacional e melhorar a auto-estima dos portugueses enquanto povo e nação, visto ter permitido “rever e reavaliar algumas representações estereotipadas do ser português, herdadas ainda do período de vigência do Estado Novo e que se relacionam com a de um país atrasado e isolado do resto da Europa.”⁸⁵ A Exposição Mundial de Lisboa foi, em suma, um pretexto para uma nova imagem exterior de Portugal, “assente na capacidade de modernização e protagonismo.”⁸⁶

À Expo'98 seguiram-se outros mega-eventos que, ao nível da DP portuguesa, concorreram para reforçar internacionalmente esta imagem de modernidade e de protagonismo que se visa alcançar, nomeadamente a iniciativa Porto capital europeia da cultura, em 2001, e, em 2004, o campeonato europeu de futebol.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 209.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 213.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 212.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 213.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 218.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 219.

Para além da organização e participação de PT em eventos de projecção internacional, importa ressaltar que foi também durante a década de noventa que foram dados os primeiros passos no estabelecimento de meios audiovisuais de alcance internacional. Na verdade, de acordo com Helena Sousa foi durante o segundo mandato de Aníbal Cavaco Silva que foi considerada uma aposta estratégica essencial “a produção e emissão de programas nacionais quer para as Comunidades portuguesas residentes no estrangeiro quer para os países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, por forma a estreitar laços de cooperação, acentuar a nossa matriz universalista e valorizar, defender e projectar no Mundo a nossa língua e a nossa cultura (Assembleia da República, 1992, ponto 7).”⁸⁷ Posteriormente, durante o governo de António Guterres, foi dado grande relevo à Lusofonia, no âmbito da comunicação social. Em ambos os governos, verificou-se grande convergência de posições relativamente à necessidade de criar meios de comunicação social capazes de promover internacionalmente a LCP. “De facto, a afirmação de Portugal no Mundo parece depender da capacidade portuguesa para se impor nos media internacionais. Os media foram imaginados como a «ponte» necessária, senão indispensável, para dar corpo a um espaço de língua e para garantir uma presença notória no plano internacional.”⁸⁸

A primeira emissão da RTP Internacional foi transmitida no dia 10 de Junho de 1992, cobrindo, numa primeira fase, seis horas de emissão para a Europa, África, Médio Oriente e partes da Ásia. Quanto à RTP África, só anos mais tarde este projecto viria a tornar-se possível, no decurso da criação da CPLP. No contexto da constituição formal da CPLP, reuniu-se em Lisboa o Fórum da Comunicação, entre 10 e 12 de Julho de 1996, por iniciativa da Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa e Agência Lusa, que contou com a participação de dirigentes das suas homólogas dos restantes países de LP. Durante este evento, Jorge Coelho anunciou a criação da RTP África e defendeu a ideia de que a cooperação entre os países lusófonos só poderia tornar-se eficaz e operacional se as empresas de comunicação social de LP estreitassem laços de cooperação entre si. Este projecto tornou-se realidade no dia 7 de Janeiro de 1998, data em que se verificou a primeira emissão do então designado “Canal África”. Tal como explicita Helena Sousa, ao contrário da RTP Internacional, destinada às

⁸⁷ Helena Sousa, “Os Media ao Serviço do Imaginário: Uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia”, p. 5, in <http://hdl.handle.net/1822/1621>

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 6-10.

comunidades portuguesas no estrangeiro, a RTP África tem como público-alvo os povos para os quais o português é a língua oficial. Também do ponto de vista editorial, ambos os canais diferem, uma vez que a RTP África conta com o contributo das cinco estações públicas de televisão dos países africanos de expressão portuguesa. Enquanto instrumentos de DP, tanto a RTP Internacional, como a RTP África e a RDP África diferem dos serviços de transmissão internacional de outros países, tais como a BBC, a *Voice of America* ou a *Deutsche Welle*, uma vez que estes canais de televisão operam internacionalmente em diversas línguas, tais como o inglês, o francês, o alemão, o árabe, o mandarim, entre outras, procurando, assim, dialogar directamente com outras sociedades, não necessariamente aquelas que têm laços afectivos com os países emissores. Veremos se, em anos futuros, estas boas práticas em matéria audiovisual, serão também adoptadas por Portugal, que, desta forma, maximizaria a sua capacidade de comunicar com outras culturas de matriz não exclusivamente lusófona.

Dada a importância de que se reveste a promoção da LCP, praticamente uma década após a sua criação, é agora intenção do governo aprofundar a acção dos meios audiovisuais enquanto instrumentos de DP, objectivo manifesto na Resolução de Ministros n.º 188/2008, de 27 de Novembro.

No âmbito da DP, mais concretamente já como acções de DC, importa ressaltar a iniciativa, ocorrida também durante a década de noventa, de criação de escolas portuguesas no estrangeiro, dependentes do Ministério da Educação Português. A primeira destas escolas foi a Escola Portuguesa de Luanda, cuja criação remonta a 1994. Seguiu-se-lhe a Escola Portuguesa de Macau, em 1998 e, posteriormente, a Escola Portuguesa de Moçambique, sediada em Maputo, em 1999. Por fim, após o processo de independência de Timor Leste, entrou em funcionamento, em 2002, a Escola Portuguesa de Díli.

À semelhança da tradição francesa, alemã e inglesa de criação de liceus no estrangeiro, as escolas portuguesas no estrangeiro asseguram o ensino básico e secundário, de acordo com o currículo português, a cerca de quatro mil e quinhentos alunos⁸⁹, entre os quais se contam portugueses residentes no estrangeiro e alunos autóctones, normalmente pertencentes às elites socioeconómicas e políticas, junto das

⁸⁹ Vide <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/np4/48>

quais a CP se afirma e exerce o seu poder de atracção, numa forma de *soft power* dirigida aos mais jovens. Para além de se constituírem como importantes formas de DC, estes estabelecimentos de ensino são relevantes instrumentos da cooperação internacional em países de antiga administração colonial portuguesa. Na já referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 27 de Novembro, exprime-se o desejo reforçar a visibilidade e melhorar a qualidade do ensino ministrado nas escolas portuguesas no estrangeiro, uma vez constituírem-se estas “como um importante elemento na consolidação do dispositivo de apoio à Língua portuguesa no estrangeiro.”

3. A acção do Instituto Camões

O conceito de “política cultural externa”, e não de DC, é a designação que surge no Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, a lei orgânica do Instituto Camões presentemente em vigor. Neste documento afirma-se: “A valorização permanente e a difusão internacional da língua e da cultura portuguesa constituem tarefas do Estado, como tal consagradas no artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa.”

Com efeito, de acordo com o Decreto-Lei citado, no artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, consagrado às tarefas fundamentais do Estado, afirma-se, na alínea e), que é tarefa fundamental do Estado “proteger e valorizar o património cultural do povo português [...]” e, na alínea f), “assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da Língua Portuguesa.”

O programa do actual Governo afirma que serão coordenadas da política cultural externa: *i)* em cooperação com os parceiros da CPLP, uma estratégia conducente a reforçar a valorização do português como linha de comunicação internacional, destinada a promover a Economia, Comércio, Investigação, Medicina, etc.; *ii)* encetar negociações, com base na reciprocidade, com os países de acolhimento da diáspora portuguesa, com vista a assegurar o ensino da LCP aos luso-descendentes e a favorecer a integração da LP em currículos estrangeiros; *iii)* fazer recurso intensivo aos *media* e às TIC com vista a melhorar e a incrementar a aprendizagem do PLN; *iv)* aumentar a promoção da CP no estrangeiro, com especial enfoque na literatura, artes e ciência; e,

por fim, v) fomentar a tradução para inglês de obras de e sobre criadores culturais e científicos portugueses e assegurar a sua divulgação.⁹⁰

Na prossecução desta tarefa estatal, concorrem as acções de diversas entidades da administração central, nomeadamente: *i)* no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros: para além do Instituto Camões, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), a CPLP, o IILP, a Direcção Geral dos Assuntos Culturais e das Comunidades Portuguesas (DGACCP); *ii)* o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), que gere a rede de ensino do português a nível do ensino básico e secundário e a rede de escolas portuguesas no estrangeiro. Este gabinete do Ministério da Educação é responsável pela selecção e contratação dos docentes de LCP da rede de ensino básico e secundário no estrangeiro, regulado pelo decreto-lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto. Estes serviços são também responsáveis pela nomeação dos coordenadores gerais de ensino, nos termos da portaria n.º 1396/2006, de 14 de Dezembro; *iii)* no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Fundação das Universidades portuguesas; o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI); *iv)* Na esfera de acção do Ministério da Cultura, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), a Biblioteca Nacional de Portugal; *vi)* o Ministério da Economia através do AICEP e o Turismo de Portugal; *vii)* o Instituto Português do Oriente (IPOR), parcialmente tutelado pelo Instituto Camões, gerindo aquele a rede de ensino do português na República Popular da China.

Todos estes actores concorrem para a promoção externa da LCP, directa ou indirectamente, no âmbito de acções que poderão ser consideradas de DP e/ou DC. No entanto, como protagonista em matéria de DC, distingue-se a acção desenvolvida pelo Instituto Camões.

Criado inicialmente sob tutela do Ministério da Educação, pelo decreto-lei n.º 135/92, de 15 de Julho, afirmava-se no preâmbulo da sua primeira lei orgânica que: “O

⁹⁰ Vide “Programa do XVII Governo Constitucional, Capítulo V, Portugal na Europa e no Mundo, Política cultural externa”, in <http://www.portugal.gov.pt>

quadro das relações culturais internacionais sofreu mutações que não podem deixar de ser devidamente consideradas, entre elas avultando o renovado relacionamento de Portugal com os países de língua portuguesa, a integração de Portugal nas Comunidades Europeias e o crescente peso do português entre os idiomas mais falados, num processo em contínua expansão.” O legislador pressentia, assim, no início da década de noventa, que uma nova ordem mundial emergente requeria do Estado português uma reestruturação do organismo que tutelava a promoção cultural externa de Portugal, até à data o ICALP (cf. III.2.). Esta é a justificação para a criação do Instituto Camões, como se lê no referido preâmbulo: “Neste contexto histórico e cultural é igualmente criado o Instituto Camões. Pretende-se com este instituto público, [...] reunir um vasto leque de funções [...] protagonizando ao mesmo tempo uma resposta integrada e moderna aos imperativos da defesa da língua e valorização da cultura portuguesa.”

Desde a sua criação, em 1992, até à actualidade, o Instituto Camões foi alvo de legislação diversa, nomeadamente o decreto-lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro, que transfere a tutela para o Ministério dos Negócios Estrangeiros; o decreto-lei n.º 170/97, de 5 de Julho; e o decreto-lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, a lei orgânica actualmente em vigor, na qual se afirma que: “Como sucessor do Instituto de Alta Cultura e da Língua Portuguesa, coube ao Instituto Camões a dupla missão de prosseguir o esforço de difusão da língua e da cultura portuguesa junto das instituições estrangeiras de ensino superior e de dar expressão à política de cooperação cultural com os parceiros da recém formada Comunidade dos Países de Língua portuguesa”.

Este documento estabelece uma ponte entre o passado e o futuro da política cultural externa de PT: por um lado, no passado, destaca-se a promoção da LP no mundo e o início da cooperação com os Países de Língua Portuguesa (PLP), agora parceiros na CPLP, aspecto apenas iniciado após a independência das antigas colónias; para o futuro, coordenar a rede de docência do português no estrangeiro ao nível básico e secundário e reforçar as “relações de cooperação com os povos que com Portugal mantiveram uma relação privilegiada ao longo dos séculos, por forma a preservar e valorizar o património cultural que tem na língua comum a mais envolvente e consistente expressão.”

Em 2009, dezassete anos volvidos desde a criação do Instituto Camões, este instituto público, que actualmente tem uma dotação orçamental anual, atribuída no

âmbito do orçamento de estado, de cerca de 14.175.000,00 euros (dos quais, mais de 50% são despendidos com a promoção da língua e os restantes repartidos entre a promoção cultural e despesas administrativas), está presente em 65 países, 282 instituições de ensino superior onde 475 docentes leccionam cursos de LCP. A estes números, deverão ainda ser acrescidas 28 cátedras e 54 Centros de Língua Portuguesa (CLP). Existem no total, 49 pólos de formação inicial e contínua de professores de português, quer numa perspectiva de Língua Segunda quer Língua Estrangeira. Para além da rede de docência, a acção cultural externa do Instituto Camões é complementada pela acção de 19 Centros Culturais Portugueses.⁹¹

Não obstante todas as críticas que são frequentemente feitas à acção cultural externa do Estado, os números parecem ser um testemunho da preocupação dos diversos regimes políticos que têm caracterizado a história de PT no século XX em assegurar uma promoção de PT fora do território nacional. Segundo Armando Marques Guedes, uma reflexão sobre a política cultural externa de Portugal deverá compreender três tópicos: *i)* os acordos culturais bilaterais (AC); *ii)* os leitorados; *iii)* a cooperação com os PALOP's.⁹² No que se refere aos Acordos Culturais, o primeiro a ser celebrado por PT com outro estado, no âmbito da Diplomacia bilateral, foi com o Reino Unido, em 1954, país ao qual nos ligava uma aliança desde o Século XIV e com o qual continuávamos a manter fortes ligações políticas, militares e económicas.

Este acordo cultural (AC) parece ter um significado simbólico, dada a centenária aliança luso-britânica, que, a partir da adesão à NATO, passaria a ter um lugar secundário na política externa portuguesa⁹³. Segundo Armando Marques Guedes, o primeiro Leitorado de LCP foi na Universidade de Rennes, em 1921, durante a Primeira República, onde foi colocado o primeiro Leitor de LCP, Sezizando Raimundo das Chagas Franco. Aos três aspectos tópicos indicados por Armando Marques Guedes, poderá ainda acrescentar-se a acção dos Centros Culturais Portugueses. Segundo este autor, o primeiro foi criado em Bissau, em 1979. No que se refere aos PALOP, o

⁹¹ Cf. Dados do Instituto Camões em Dezembro de 2008.

⁹² Armando Marques Guedes, "A Dispersão e o Centralismo Burocrático – Disputas na Cooperação Cultural Bilateral do Estado Português, 1974-1999", in *Themis: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, A. 1, n.º 1, 2000.

⁹³ Sobre a questão da aliança luso-britânica, vide Pedro Aires Oliveira, *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

processo de abertura de CCP estaria concluído em meados dos anos noventa, com a abertura de um CCP em Luanda.⁹⁴

Data, assim, dos finais dos anos setenta, o início a cooperação cultural com a África lusófona e pode afirmar-se, posição, aliás defendida também por Armando Marques Guedes, que este é um caso de sucesso da cooperação portuguesa. Ainda que a cooperação cultural e educativa com os PLP seja um importante campo de acção do Instituto Camões, é sobretudo incumbência do IPAD a execução das políticas de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), dando cumprimento ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, designada “Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Ainda que seja no âmbito deste documento que se conceba a forma como PT dá cumprimento ao capítulo IX da Carta da Organização das Nações Unidas, relativo à cooperação económica e social internacional, o Instituto Camões une esforços com o IPAD no sentido do cumprimento dos Objectivos do Milénio, estabelecidos pela ONU, na Cimeira do Milénio, realizada em 2005, no sentido de erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e dar poder às mulheres; promover a parceria global para o desenvolvimento, entre outros objectivos para os quais a acção do Instituto Camões é menos directa (sobretudo aqueles que se prendem com questões de saúde pública).

Para tal, as acções que o Instituto Camões realiza em África, na Ásia e na América, com carácter de cooperação cultural e educacional, nos termos do previsto no já referido capítulo IX da Carta da Organização das Nações Unidas, têm como objectivos: *i*) melhorar a qualidade de ensino a todos os níveis, nomeadamente através da formação de professores; *ii*) contribuir para o reforço institucional, através de acções de apoio à gestão escolar e de assistência à reformulação dos currículos; *iii*) apoiar a formação dos estudantes dos PALOP e Timor-Leste, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo e de investigação; *iv*) promover a LP enquanto veículo privilegiado de educação e formação; *v*) reforçar o papel de níveis de ensino especializados – como o ensino superior e o ensino técnico-profissional – enquanto suporte para um desenvolvimento económico e social sustentado.

⁹⁴ Armando Marques Guedes, “Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado”, 1974-1999, FDUNL n.º7, 1999, in <http://www.estig.ipbeja.pt>

Em 2009, o Instituto Camões prevê a continuidade a projectos de formação inicial de professores de português em países como o México, Argentina, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal, Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, China, Índia e Timor-Leste. Quanto a projectos de formação contínua de professores de LP em exercício, no final de 2008 registavam-se 49 núcleos de formação de professores em países membros da CPLP, como Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, num total de cerca de 2010 formandos. Para além dos projectos de formação de docentes, no âmbito do português considerado como língua de trabalho, de comunicação, de ciência, de direito, de diplomacia, de negócios e de turismo, o Instituto Camões cooperava, em 2008, com cerca de 25 instituições, situadas na Argélia, Tunísia, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Timor-Leste e Guiné-Bissau, como por exemplo, o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e os parlamentos em Díli, Bissau e Cidade do Cabo.

Além da actividade realizada com base na rede de docência do Instituto Camões, que integra os Leitorados, Centros de Língua Portuguesa e Cátedras, bem como gere a atribuição de bolsas de estudo (num total de cerca de 100 bolsas atribuídas anualmente), a acção do Instituto Camões realiza-se também a partir da acção articulada da rede diplomática e consular e dos Centros Culturais Portugueses. De acordo com dados de 2007, realizaram-se nesse ano cerca de 920 acções culturais, tais como ciclos e festivais de cinema, conferências, seminários, congressos, espectáculos musicais, acções de promoção do livro e da literatura em Expolínguas e Feiras do Livro, teatro, dança e festivais multidisciplinares.

Apesar de frequentemente associado apenas à acção de Leitorados, o Instituto Camões presta diversos serviços, no âmbito da sua missão, tais como: promover a LP em *fora* internacionais, e neste âmbito, importa salientar que na primeira década do Século XXI, o Instituto Camões oferece formação em tradução e interpretação a quadros de OI em que a LP é língua de trabalho, tais como, na Nigéria, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na Namíbia, o Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), no Botswana, o Secretariado Executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); na Etiópia, a União Africana; e na Tunísia, o BAD; ensinar a LCP junto de instituições de Ensino Superior, associações e instituições de grandes sectores estatais; realizar a formação de formadores e a formação contínua de professores de LP, por via dos sistemas *e-* e *b-learning*, em que o Centro Virtual Camões desempenha um

papel fulcral; realizar a formação de tradutores e intérpretes de LP, de forma presencial ou por sistema de *e-learning*; atribuir bolsas de estudo para formação e investigação em Estudos Portugueses e Lusófonos; conceder subsídios para a internacionalização da CP; apoiar a edição e a tradução de obras de autores portugueses; difundir e promover a LCP através da comparência regular da arte e da inspiração portuguesa em grandes eventos internacionais e pela presença constante em espaços universitários; coordenar a negociação de acordos culturais com outros países para a assinatura de programas bilaterais plurianuais no âmbito dos sectores da Educação Básica, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Cultura, da Juventude, do Desporto e da Comunicação Social, contando-se presentemente 76 acordos culturais.

Quanto a Instituto Camões–Centros Culturais Portugueses (IC-CCP), em finais de 2008, o Instituto Camões dispunha de uma rede de 19 CCP (incluindo as sedes e os pólos regionais), dos quais três na Europa (Paris, Luxemburgo e Vigo); Ásia (Pequim, Nova Deli, Tóquio, Bangucoque); Oceânia (Díli); África (Luanda, Maputo/Beira, Praia/Mindelo, São Tomé/Ilha do Príncipe, Rabat/Casablanca, Bissau); América (Brasília).

Na sua acção, o Instituto Camões tem, para 2009, como orientações estratégicas: privilegiar o trabalho em rede entre todas as instituições que concorrem para a afirmação exterior da LCP; privilegiar as relações com os países da CPLP, com o espaço ibero-americano e com a NATO; penetrar em zonas consideradas estratégicas para Portugal, tais como a África árabe mediterrânica e subsaariana; na SADC, onde existe já um CLP; na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em especial na Indonésia, Timor, Malásia e Singapura e nos países do Golfo/Emiratos Árabes Unidos. Para tal, são objectivos do Instituto Camões aumentar a visibilidade da LCP, por meio da promoção de uma imagem positiva e moderna de PT; defender o multilinguismo, enquanto política linguística da UE; cooperar com outros organismos do mesmo âmbito de actuação. Para além das orientações estratégicas, o Instituto Camões desempenha a sua missão tendo como eixos de actuação a integração europeia, o reforço da Aliança Atlântica e a valorização da Lusofonia.

Com o crescimento previsto da LP ao longo do século XXI, novos desafios se colocam à promoção internacional do português. Dados de 2008, apontam para 230

milhões de falantes dispersos por cinco continentes⁹⁵. O português é a terceira língua mais falada da Europa e a sexta língua mais falada do mundo. Com a explosão demográfica que se vive, estes valores tendem a aumentar e, neste campo, o papel do Brasil é fundamental, como já referido em III.1.

Atentas as autoridades competentes à importância de uma aposta coerente e concertada na promoção internacional do português, e das mais-valias económicas que daí poderão advir futuramente, uma vez que, segundo um estudo recente, o valor económico da LP corresponde actualmente a 17%⁹⁶ do produto interno bruto, pretende-se reforçar a acção do Instituto Camões, dando-lhe mais amplas e profundas responsabilidades na execução da DC portuguesa, intenção manifesta na Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 27 de Novembro, que anuncia uma reestruturação do Instituto Camões, a ter lugar em breve.

A reformulação prevista não alterará, contudo, o modelo de funcionamento do Instituto Camões, o qual permanecerá ainda diverso dos institutos culturais europeus como o *British Council*, o *Goethe Institut*, o Instituto Cervantes, a *Alliance Française*. Como principal diferença no modo de funcionamento, estes institutos dispõem de pólos abertos um pouco por todo o mundo, onde alunos providos de diversos sectores da sociedade civil se podem inscrever mediante o pagamento de propinas, o que gera receitas e torna a promoção cultural sustentável economicamente. Para já, o Instituto Camões permanecerá circunscrito a Universidades, com um público praticamente apenas académico, ou Organizações Internacionais, espaços onde Leitores ou Docentes leccionam a LP sem cobrança de quaisquer propinas.

Importa ainda ressaltar que a DC realizada pela França, Inglaterra ou Alemanha comporta já um factor de reciprocidade face aos países onde se procura exercer *soft power*. A DC portuguesa, pelo contrário, dá sinais de se limitar ainda a ser apenas unívoca, ou seja, fechada sobre a promoção da imagem de PT para alcançar o interesse nacional, ignorando que o interesse nacional passa também por mostrar aos portugueses as línguas e as culturas dos povos que usufruem da promoção cultural externa nacional. Uma alteração desta política concorreria para o diálogo de civilizações e para uma

⁹⁵ Vide “Português no mundo”, in <http://www.eurocid.pt>.

⁹⁶ vide “Uma abordagem ecléctica do valor da língua: a influência global do Português”, in <http://www.instituto-camoes.pt>.

efectivo contributo de diálogo intercultural. Veremos se, no futuro, também no que se refere à capacidade de gerar recursos económicos e de fomentar a reciprocidade das trocas culturais, PT adoptará as melhores práticas de outros países que, nestas matérias, procuram exercer e ganhar poder de atracção, abandonando modelos de actuação que poderão revelar-se já obsoletos.

IV. O papel da(s) língua(s) e da(s) cultura(s) na integração europeia

*In uno plures – Unity in diversity*⁹⁷

A promoção da língua e da cultura portuguesa no exterior, como referido, enquadra-se no âmbito dos grandes eixos de actuação definidos pelo governo, nomeadamente a Aliança Atlântica, a valorização da Lusofonia e a integração europeia. Como vem sendo demonstrado ao longo desta dissertação, a LP goza de um largo potencial de afirmação a nível mundial. Com efeito, é actualmente uma das dez línguas mais faladas no mundo, com cerca de 230 milhões de falantes⁹⁸, uma vez que é a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe; a LP é também uma das línguas oficiais da Guiné Equatorial, Timor-Leste e Macau; grandes comunidades de falantes do português, resultantes da diáspora portuguesa. Estes números permitem ao português constituir-se como o maior grupo linguístico na internet, com cerca de 50 milhões de utilizadores. O português é ainda língua de trabalho de diversas OI, entre as quais se salientam o Mercosul, da União Africana e da CPLP e a UE. No que se refere ao espaço da UE, o português é falado Portugal, no Luxemburgo, Andorra e em comunidades de imigrantes portugueses da Bélgica, França, Suíça, Alemanha, Reino Unido e Jersey. Na Galiza, há grupos de intelectuais que defendem a unidade linguística do galego-português. Como constata Pinto: “[...] as fronteiras culturais de Portugal ultrapassam e estendem-se muito para além das fronteiras geográficas e políticas da União Europeia (UE). A Cultura portuguesa pode ser, de facto, considerada global, pois marca presença nos mais diversos pontos do globo.”⁹⁹

Face a este cenário, advoga-se que a LP poderá ser um instrumento estratégico de Portugal enquanto estado membro da UE, uma vez que é a terceira língua da UE mais falada em todo o mundo, a par do inglês e do castelhano, por um lado, e, por outro, o português poderá constituir-se como instrumento estratégico da própria UE nas suas

⁹⁷ As máximas, que significam “A unidade na diversidade”, encontram-se simultaneamente em latim, língua franca da Europa no passado, e em inglês, a nova língua franca no espaço europeu, não obstante a defesa da política de multilinguismo por parte da UE.

⁹⁸ Vide “Português no mundo”, in <http://www.eurocid.pt>.

⁹⁹ Maria do Céu Pinto, “PT e a Lusofonia: retórica, trunfos e ilusões. Potencialidades da Lusofonia”, in *Cidadania e Defesa*, n.º 33, Lisboa, Novembro – Dezembro, 2008, p. 15.

relações externas com estados terceiros. “O espaço lusófono permite a Portugal projectar-se de maneira eficaz no sistema, valorizando-se mutuamente, seja o sistema, seja o país, e potencializando as suas aspirações nacionais, regionais e globais. Portugal pretende utilizar a sua proximidade linguística, cultural e histórica com os países de língua portuguesa como elemento de diferenciação na cena internacional e como elemento de resistência ao processo de homogeneização decorrente da globalização e da participação dos diversos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em esquemas de integração regional.”¹⁰⁰

Na política externa da UE, esta tem estabelecido relações e acordos com as regiões de África, Caraíbas e Pacífico (países ACP), Ásia, e América Latina, e com as organizações Mercosul, União Africana, o Fórum Regional ASEAN, a CPLP, entre outros. Dado o estatuto que Língua portuguesa tem em algumas das entidades mencionadas, ao longo da integração portuguesa na UE, tem sido potenciado o papel intermediário de Portugal junto dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), de Timor-Leste e do Brasil. O esforço de valorização da Lusofonia foi visível nas Cimeiras organizadas quando a Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, nomeadamente a primeira Cimeira entre a UE e o Brasil e a segunda Cimeira entre a UE e África, sendo que a primeira teve também lugar, no Cairo, em 2000, sob os auspícios da Presidência Portuguesa da UE de 2000. Citando Pinto; “Para reforçar a sua relevância no espaço europeu, o nosso país pode desfrutar, por exemplo, da capacidade de mediar relações entre a UE e outros espaços geográficos, o que ficou patente na presidência portuguesa da UE do segundo semestre de 2007 [...]”¹⁰¹

Sendo o multilinguismo um conceito-chave na política linguística da UE, considera esta que algumas das 23 línguas oficiais, nomeadamente aquelas que detêm uma “dimensão mundial”, se prestam ao estabelecimento de um diálogo preferencial com outras regiões do mundo que falam também algumas das línguas oficiais da UE, como é o caso do português, que atesta o potencial do multilinguismo para o diálogo intercultural no âmbito das relações externas da UE com países terceiros. O português assume-se, assim, no contexto da UE, como *língua partilhada* por povos de todos os

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 15.

outros continentes e como *língua europeia estratégica* para a consolidação do diálogo a nível mundial.

O debate, contudo, em torno das questões linguísticas no seio da UE tem sido sempre um tema problemático e pouco consensual, pois remete para a polémica questão da identidade europeia. “Língua e cultura estão no cerne dos fenómenos de identidade que, nesta óptica, pode definir-se como o conjunto de repertórios de acção, de língua e de cultura que permitem a uma pessoa reconhecer a sua pertença a um certo grupo social e, desta forma, identificar-se com ele; [...] Na óptica da antropologia, a identidade cria-se em torno de uma língua comum – que facilita a comunicação em grupo – de uma religião partilhada – que dá um sentido de pertença ou propósito – e ainda em torno do sentido do outro [...]”¹⁰²

A necessidade de definir uma identidade europeia tem lançado o debate e fomentado uma reflexão em torno das questões linguísticas, históricas, religiosas, geográficas como elementos de estabelecimento do “ser europeu”. Na história da integração europeia, a cultura tem vindo a ganhar uma importância crescente. Após um investimento numa integração económica e política, os decisores europeus começaram a ganhar consciência de que a cultura é um factor determinante neste processo. O Tratado de Roma, em 1957, atribuía já à cultura um carácter de excepção, mas não desenvolveu uma política cultural. Apenas em 1973, no Conselho Europeu de Copenhaga, foi declarado pela primeira vez pelos membros da CEE presentes que existia uma identidade cultural europeia comum nas culturas nacionais e sublinhava-se a importância da cultura e da identidade cultural para um aprofundamento da integração europeia: “esta identidade seria fundada sobre os mesmos valores, princípios e concepções de vida que se pretende preservar e que constituem a sua originalidade.”¹⁰³

A partir de 1973, o relevo da cultura na integração europeia passou por diversas etapas que culminaram com o artigo 128.º do Tratado de Maastricht, em 1992, o qual remeteu a cultura para a responsabilidade da UE, atribuindo-lhe uma responsabilidade inédita no seio da Europa comunitária. O artigo 128.º do Tratado de Maastricht seria

¹⁰² Vera Dantas, *A Dimensão Cultural do Projecto Europeu - Da Europa das Culturas aos Pilares de uma Política Cultural Europeia*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 60.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 81.

reconvertido, anos mais tarde, em 1996, no artigo 151.º do Tratado de Amesterdão, ainda em vigor. “Resumidamente, o artigo 151.º abrange o papel dos Estados-membros em relação à cultura, a cooperação entre os Estados-membros e a função que a própria Comunidade deve desempenhar. Nele se expressa o objectivo de encorajar e coordenar as relações de cooperação entre os Estados-membros e de complementar, se necessário, as suas acções de acordo com o princípio da subsidiariedade. E esse tem sido, até ao presente, o principal objectivo da «política» cultural empreendida ao nível europeu.”¹⁰⁴

Ao longo dos anos noventa e nos primeiros anos do século XXI, foram lançados diversos projectos destinados a concorrer para a integração europeia, no âmbito do apoio a projectos artísticos e culturais de dimensão europeia (Caleidoscópio 2000), dos livros e da leitura (Ariane), do património cultural (Rafael), do audiovisual (Media e Media II). No ano 2000 foi aprovado o programa-quadro “Cultura 2000”, que se encontra já na segunda edição, para o período de 2007 a 2013, ou promoção de eventos como as capitais europeias da cultura ou as jornadas europeias do património. Importa ainda destacar iniciativas que se destinam a promover o intercâmbio académico, como o programa Erasmus, e a harmonização do sistema universitário europeu, através do processo de Bolonha, entre diversas outras iniciativas. Como afirma Jakob, um argumento que pesou a favor de uma intervenção cultural da Comunidade é o facto de que a acção cultural poder favorecer a visibilidade externa da Europa. Esta visibilidade da identidade cultural europeia permitiria assim à comunidade afirmar-se num contexto de mundialização. As finalidades da acção cultural da comunidade devem, conseqüentemente, contribuir para a irradiação da Europa na cena internacional, encorajando a cooperação internacional, sobretudo com países terceiros. A percepção da Europa no mundo é largamente influenciada pela posição e pela força dos seus valores espirituais.¹⁰⁵

Alguns aspectos têm sido aventados no sentido de se encontrar uma herança cultural europeia comum a todos os Estados-membros. Na impossibilidade de se citar a língua ou a religião como factores de união e de identidade europeia, têm sido identificados traços culturais comuns aos povos da Europa, entre os quais o helenismo,

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 113.

¹⁰⁵ Fabien Jakob, *Politique Culturelle de l'Union européenne et Protection Communautaire des Biens Culturels*, Nice, Éditions Bénévent, 2006, p. 18-19.

o direito e as instituições de Roma Antiga, a cultura judaico-cristã, o humanismo e o Renascimento do século XVI, o iluminismo e o individualismo. Não obstante a diversidade das línguas faladas ou a corrente do cristianismo seguida (catolicismo, protestantismo ou igreja ortodoxa), os Estados-membros da Europa partilham os referidos traços culturais no seu passado histórico. Por esse motivo, são empreendidas acções no sentido de se valorizar os aspectos comuns que favorecem a integração, em detrimento dos aspectos diferentes, que poderão contribuir para a desunião dos povos da Europa. A acção cultural da UE tem dois públicos, por um lado, os próprios Estados-membros, que deverão ser impelidos a fomentar o sentimento de identidade europeia; por outro, os estados terceiros com os quais a UE interage. A acção cultural europeia seria assim um instrumento capaz de promover a identidade cultural europeia, a qual legitima a própria ideia da construção europeia, isto é, os seja o processo comunitário em curso, face aos cidadãos europeus e às potências estrangeiras que não fazem parte da UE. A estreita relação entre cultura e política afirma-se, desta forma, com muita clareza. “A reflexão sobre a identidade europeia tem conduzido, por seu turno, à identificação de valores que caracterizam a Europa, presentes na génese da integração europeia, e que a tornam numa comunidade cultural com grande prestígio no plano internacional, nomeadamente pelo seu contributo para a paz mundial, pela defesa de valores como a democracia, a justiça e a liberdade, pelo respeito pela diversidade dos povos e das culturas. Neste sentido, promover uma política cultural é tornar a cultura num instrumento de compreensão e de aproximação entre Estados-membros, no contexto da UE, e entre a UE e estados terceiros.”¹⁰⁶

Considera-se, no entanto, que o facto de a definição da identidade europeia ser uma reflexão de difíceis resultados, a concepção e execução de uma DC coerente poderá estar, por ora, comprometida. Pelo contrário, uma vez que a integração europeia se sustenta em valores de natureza espiritual, como a liberdade, igualdade, justiça, democracia, respeito pelos direitos humanos, respeito pela diversidade cultural, etc., pensa-se que a UE tem grande potencial no campo de acção da DP, sobretudo no âmbito da sua política externa. De acordo com Michalski, que considera que a UE permanecerá, essencialmente uma potência dotada *soft power* de características civis (*civilian soft power*), as políticas adoptadas pela UE no exterior são gizadas,

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 19.

essencialmente, em torno dos valores e princípios que subjazem ao processo de integração europeia, tais como princípios básicos como a paz, a democracia, o estado de direito, o respeito pelos direitos humanos, a representação igualitária de todos os Estados-membros e a diversidade; ideias conceptualizadas, como desenvolvimento sustentável, economia de mercado social, mercado único, área de liberdade, segurança e justiça e política de vizinhança; e normas decorrentes de procedimentos, tais como o conceito de boa-governança.¹⁰⁷ Para a autora, não obstante a imagem externa fragilizada da UE, que se agudizou com os apoios dissonantes dos Estados-membros aos EUA no contexto da Guerra do Iraque, em 2003, dado o prestígio dos seus valores e das instituições, a UE tem vindo a assumir-se, no plano internacional, como uma potência normativa, visto que “a sua capacidade para dar forma àquilo que se entende como sendo “normal” nas relações internacionais, através da força das ideias e dos princípios normativos é decisivo para a sua influência no mundo da política.”¹⁰⁸

Ainda que desprovida de poder militar, a Europa começa a afirmar-se no plano internacional como uma potência, devido aos valores humanistas, liberais e democráticos que defende. De acordo com Robert Kagan¹⁰⁹, actualmente os Europeus não têm sequer a ambição de obter poder, sobretudo aquele que é atingível por meios bélicos e militares, devido à experiência trágica da II Guerra Mundial. O mesmo autor considera que “cultura estratégica europeia” se caracteriza pelo “ênfase colocado na negociação, a diplomacia, os laços comerciais, o recurso ao direito internacional como alternativa ao uso da força, a sedução em vez da coerção, o multilateralismo por oposição ao unilateralismo. Como Kagan afirma, estas não é a forma típica da Europa desempenhar o seu papel nas RI, quando se assume uma perspectiva histórica. Mas estes valores resultam da história recente da Europa. A “cultura estratégica da Europa” representa uma rejeição do passado europeu, uma rejeição dos aspectos perniciosos da *Machtpolitik* (política pelo uso da força) europeia”.¹¹⁰

¹⁰⁷ Anna Michalski, “The EU as a Soft Power: the force of Persuasion”, in *The New Public Diplomacy - Soft Power in International Relations*, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2007, p. 126.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 126.

¹⁰⁹ Robert Kagan, *Paradise & Power - America and Europe in the New World Order*, Londres, Atlantic Books, 2003, p. 55.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 55.

Para além da força e prestígio dos valores defendidos pela UE, promovidos no âmbito de campanhas de DP realizadas essencialmente com estados terceiros, o desejo de realizar acções conjuntas de natureza cultural foi uma das iniciativas dos Estados-membros, não obstante uma DC europeia estar dificultada, à partida, por um certo nacionalismo ainda presente entre Estados-membros e uma inegável batalha entre as línguas europeias por visibilidade e poder. Foi por iniciativa alguns dos Estados-membros que se formou, em 2006, em Praga, a *European Union National Institutes for Culture* (EUNIC), uma associação informal de institutos culturais europeus, ainda desprovida de personalidade jurídica, que, sob os auspícios da UE, procura promover a acção conjunta de actividades culturais quer no território geográfico da UE, fomentando desta forma a identidade europeia, quer fora da UE, promovendo a imagem da UE no exterior e contribuindo para o fortalecimento do seu *soft power*. Os objectivos principais da EUNIC consistem em criar parcerias e redes efectivas entre os institutos culturais europeus, melhorar o entendimento entre os povos da Europa, promover o diálogo intercultural quer a nível da UE quer a nível mundial. A EUNIC conta actualmente com 27 membros, nomeadamente os Estados-membros da UE, os quais estão representados através dos respectivos institutos culturais. PT faz-se representar nesta instituição através do Instituto Camões, que é, aliás, um dos mentores e fundadores desta rede europeia de institutos culturais.

A EUNIC desenvolve a sua acção a dois níveis complementares, por um lado, através da articulação dos directores dos institutos culturais europeus, trabalhando em rede, por meio de presidências rotativas; por outro lado, através de “plataformas”, chamadas *clusters*, criadas em diversas zonas do mundo. Para a constituição de um *cluster* numa determinada capital ou país, é necessário que três institutos culturais europeus exprimam a sua vontade de se associarem e de formarem um *cluster* EUNIC. Em Lisboa, opera o *cluster* EUNIC Portugal, fundado em Novembro de 2006, do qual fazem parte o Goethe-Institut, o Instituto Franco-Português, o British Council, o Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, o Instituto Ibero-Americano da Finlândia, o Instituto Cultural Romeno e o Instituto Camões. O *cluster* EUNIC Portugal tem como objectivos: *i)* realizar uma reflexão multilateral e autónoma sobre a cultura, a sua situação e as suas possibilidades de desenvolvimento no cenário da globalização; *ii)* promover a cooperação entre os diversos institutos culturais promoção de diferentes culturas em PT; *iii)* realizar projectos comuns que destaquem a variedade cultural da

Europa. Para além destes objectivos, o *cluster* EUNIC Portugal assegura a representação dos membros junto de organizações multilaterais de grande dimensão, de associações de projecção internacional, bem como junto de entidades portuguesas, para preparação conjunta de eventos. É ainda objectivo deste *cluster* reforçar o intercâmbio de eventos culturais entre todos os membros, por exemplo, mediante a realização de um projecto cultural comum, anualmente.

Estes objectivos são, de resto, os mesmos que presidem aos restantes *clusters* EUNIC existentes no resto do mundo, os quais totalizam já 31. Portugal, através do Instituto Camões, integra no estrangeiro, actualmente, os seguintes *clusters* EUNIC: Bratislava, Bósnia-Herzegovina, Espanha, Estocolmo, Hungria, Índia, Japão, Lyon (França), Sófia, Rússia e Varsóvia. Por forma a concretizar as suas acções na promoção de uma identidade cultural una, na diversidade que a caracteriza, os membros da EUNIC comprometem-se a realizar actividades culturais em conjunto, com rentabilização de recursos financeiros e logísticos.

Para além da EUNIC, assume ainda relevo, no âmbito da promoção do multilinguismo na Europa, a acção de uma outra organização, da iniciativa dos Estados-membros, nomeadamente a *European Federation of National Institutions for Language* (EFNIL), que desenvolve a sua acção sobretudo ligada a questões linguísticas seja numa perspectiva de ensino-aprendizagem das línguas maternas dos Estados-membros, seja numa perspectiva de ensino das línguas europeias como línguas estrangeiras.

Na verdade, a questão linguística assume especial centralidade no debate sobre o multilinguismo na Europa, adoptado como política linguística europeia em Setembro de 2008, dada a relevância do inglês como língua franca, papel no passado da Europa reservado ao Latim, e a importância de defender a riqueza e a diversidade linguística dos 27 Estados-membros que integram actualmente a UE. Se, em teoria, a UE defende a diversidade e a riqueza das línguas europeias, na prática, necessita de uma língua franca que seja conhecida de todos os cidadãos europeus. O inglês, por ser actualmente a língua de cultura por excelência, e também língua de negócios, ciência, diplomacia, a par da cultura anglo-americana, assumem especial relevo no contexto das línguas faladas no espaço da UE. Contra a supremacia do inglês, organizações linguístico-culturais procuram fazer *lobby*, em torno da herança da latinidade, nomeadamente os Três Espaços Linguísticos (francês, espanhol e português) e a União Latina. “Tem

havido pressão cada vez maior em torno da simplificação linguística na União Europeia, o que pode ameaçar a Língua Portuguesa e poderá, por outro lado, interessar a países como o Reino Unido, a França, ou mesmo a Alemanha. A nível europeu, as dificuldades de afirmação da Lusofonia são imensas, dado o nosso peso demográfico, força económica e cultural, peso político e localização geográfica. O lado positivo da questão é que se a União Europeia adoptar um papel global, Portugal deixará de se situar na periferia precisamente por causa da projecção geográfica da Lusofonia.”¹¹¹

No cerne do debate linguístico na UE está a questão do seu impacto para a economia, uma vez que o estudo da iniciativa da Comissão Europeia, realizado pelo *CILT – National Centre for Languages*, divulgado em 2007, designado “Efeitos na Economia Europeia da Escassez de Competências em Línguas Estrangeiras” (ELAN)¹¹² permitiu concluir que as deficientes estratégias comunicacionais das empresas europeias prejudicam os respectivos volumes de exportações. Por esse motivo, em Setembro de 2008, o multilinguismo foi adoptado oficialmente como política linguística da UE. Uma vez que a diversidade linguística é uma realidade diária da UE, o multilinguismo enquanto estratégia deverá contribuir para a: *i*) competitividade económica, o crescimento e a melhoria do emprego, no âmbito da Estratégia de Lisboa; *ii*) a aprendizagem ao longo da vida e o diálogo intercultural; *iii*) a criação de um espaço de diálogo europeu através de uma comunicação multilingue com os cidadãos. A UE assume, desta forma, que a aprendizagem de línguas é determinante para a consciência e a compreensão interculturais, pelo que importa garantir o contributo do multilinguismo para o diálogo intercultural.

A importância e a centralidade do ensino das línguas numa Europa, cuja identidade reside na diversidade linguística, foi, de resto, objecto de uma publicação do Conselho da Europa, em 2001, que visa harmonizar o ensino das línguas a nível europeu, nomeadamente o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Como objectivos políticos da acção do Conselho da Europa no domínio das línguas vivas menciona-se o objectivo de: preparar todos os Europeus para os desafios da enorme mobilidade internacional e de uma cooperação mais próxima nos domínios da educação, cultura, ciência, comércio e indústria;

¹¹¹ Maria do Céu Pinto, *ibidem*, p. 16.

¹¹² Vide “As línguas são a alma do negócio”, in <http://ec.europa.eu> .

promover a compreensão e a tolerância recíprocas e o respeito pela identidade e diversidade cultural; manter e desenvolver a riqueza e a diversidade da vida cultural europeia através de um conhecimento recíproco; responder às necessidades de uma Europa multilingue e multicultural; e, por fim, evitar os perigos que possam resultar da marginalização daqueles que não possuam as capacidades necessárias para comunicar numa Europa interactiva.¹¹³

Foi também no contexto da importância atribuída ao ensino e aprendizagem das línguas estrangeiras na UE que foi fundado, em Estocolmo, em 2003, a EFNIL (*European Federation of National Institutions for Language*), a que PT pertence e em que está representado através do Instituto Camões. A EFNIL pretende ser um *forum* onde os principais organismos linguísticos dos Estados-membros da UE partilham e publicam informação sobre o uso das línguas e as políticas linguísticas na UE, procurando promover a diversidade linguística da Europa e afirmando o papel central desempenhado pela educação, os meios de comunicação social e as políticas públicas no sentido da promoção e do desenvolvimento das línguas nacionais. Entre os objectivos da EFNIL salientam-se: *i)* a defesa da diversidade linguística como meio de promoção do património cultural da Europa e de desenvolvimento do sentimento de pertença a uma identidade europeia partilhada; *ii)* a defesa das línguas nacionais europeias, porque estas são os principais instrumentos de desenvolvimento linguístico de cada Estado Membro; *iii)* o apoio aos organismos linguísticos nacionais; *iv)* a troca de informação e o encorajamento de projectos comuns de investigação entre os organismos ou instituições linguísticas; *v)* em cada Estado-membro, o apoio ao ensino da língua nacional em todos os níveis de ensino; o ensino das línguas estrangeiras no sistema de ensino desde a mais jovem idade; a possibilidade de os falantes não nativos aprenderem a língua do país onde residem, conservando a competência linguística na língua materna; o incentivo ao intercâmbio académico de estudantes e professores no seio da UE.

A EFNIL consiste numa federação de institutos linguísticos que exerce as suas funções sob os auspícios da UE, com o objectivo de desenvolver uma política linguística, quer a nível nacional quer a nível europeu, orientada para a compreensão

¹¹³ *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação*, Conselho da Europa, Lisboa, Asa, 2001, p. 22.

mútua dos povos europeus e para a preservação das tradições culturais europeias, para além de pugnar também pelo desenvolvimento de competências multilingues nos povos da Europa. Nos termos do artigo 7.º da sua Constituição, esta é financiada por contribuições ou subsídios dos organismos que a integram, por subsídios dos Estados-membros ou de instituições da UE ou por donativos privados. Dada a importância que a promoção da diversidade linguística na Europa tem vindo a ganhar, a EFNIL tem assumido um protagonismo crescente. Em Novembro de 2008 realizou-se em Lisboa, na sede do Instituto Camões, uma assembleia geral da EFNIL, cuja temática se centrou no uso das línguas para os negócios e comércio na Europa, indo ao encontro da importância da relação entre línguas e economia e as suas implicações para a competitividade da Europa no mercado internacional, uma vez que já foi reconhecido o papel do multilinguismo no reforço da competitividade da economia europeia num mundo globalizado.¹¹⁴

Pode constatar-se, em suma, que têm sido diversas as iniciativas que, ao nível da UE, têm procurado dar corpo à agenda política para o multilinguismo, com vista a estabelecer redes consistentes de ensino/aprendizagem e promoção das Línguas Europeias a todos os níveis, das minoritárias às mais faladas no mundo. Acredita-se que a disponibilização e o acesso ao conhecimento das Línguas Europeias contribuirá para o entendimento entre os povos da Europa, para o fortalecimento do sentimento de identidade europeia, para a mobilidade crescente dos cidadãos europeus, no plano interno, e, no plano externo, para o fortalecimento da visibilidade da UE e para o diálogo internacional.

A importância da cultura para o processo de integração europeia tem vindo a ser assumida paulatinamente. Actualmente, é já irrecusável que só se alcançará uma plena integração dos povos da Europa quando as barreiras culturais e linguísticas deixarem de ser um obstáculo à circulação e à mobilidade, e, sobretudo quando os cidadãos europeus deixarem de ver os outros cidadãos dos diferentes Estados-membros como o “outro”. De acordo com a Comissão Europeia, na *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, datada de Maio de 2007, “Estamos cada vez mais conscientes de que a UE tem um papel único a desempenhar na promoção da

¹¹⁴ Vide “Resolução de Lisboa - Línguas e Negócios na Europa, EFNIL”, in <http://www.instituto-camoes.pt>

riqueza e diversidade culturais, tanto na Europa como no mundo inteiro. Reconhece-se igualmente que a cultura é um factor indispensável para alcançar os objectivos estratégicos da UE de prosperidade, solidariedade e segurança, garantindo ao mesmo tempo uma presença mais forte na cena internacional.”¹¹⁵ Neste documento, reconhece-se, em suma, que a UE deve aspirar a tornar-se ainda mais num modelo de “poder suave”, “fundado em normas e valores de dignidade do ser humano, a solidariedade, a tolerância, a liberdade de expressão, o respeito pela diversidade e pelo diálogo intercultural, valores esses que podem inspirar o mundo de amanhã, desde que sejam sustentados e promovidos.”¹¹⁶

Num mundo cada vez mais globalizado em que as culturas definem as nações, Portugal, dada a sua natureza universalista e o seu poder central no mundo lusófono, poderá ter um papel de relevo a desempenhar. Deverá, para tal, aprofundar a sua pertença à Europa, “estando bem consciente que o seu peso europeu, é também extra-europeu, dada a influência que poderá ter junto dos Estados lusófonos e a promoção dos interesses que poderão, de igual forma, ir ao encontro dos melhores interesses da União Europeia.”¹¹⁷

¹¹⁵ Comissão das Comunidades Europeias, Com (2007) 242, *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, 10.05.2007.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 3.

¹¹⁷ Fernando Santos Neves *apud* Maria do Céu Pinto, *ibidem*, p. 17.

CONCLUSÃO

A cultura e a diplomacia cultural, muitas vezes negligenciadas no passado, tendem a assumir-se como elementos fundamentais das estratégias políticas no exterior, a ponto de terem sido consideradas, pelo chanceler alemão Willy Brandt, como o terceiro pilar da política externa, ideia que se pretendeu demonstrar ao longo da dissertação.

A França foi o primeiro país a tomar consciência da importância da diplomacia cultural que, imbuída de um espírito “messiânico”, começou, no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, a definir estratégias de promoção cultural em países estrangeiros. Outros países lhe seguiram o exemplo. Durante o século XX, a guerra-fria e o conflito ideológico entre o Bloco Soviético e o Ocidente levaram os EUA a lançarem-se numa estratégia cultural cujo sucesso levaria, em parte, à *débâcle* do URSS. “Vencida” a guerra-fria, os EUA desmantelaram os seus aparelhos de diplomacia pública, o que se consubstanciou na extinção da USIA e relegaram para um segundo plano as estratégias de diplomacia pública e cultural. No entanto, se o conflito ideológico, de natureza política, entre o Ocidente e o mundo de influência soviética, havia sido vencido, no final dos anos noventa e início do século XXI, o Ocidente foi sacudido violentamente, no dia 11 de Setembro de 2001, para um conflito de contornos político-culturais com os seguidores do integrismo islâmico.

Convictos de que as estratégias usadas no combate ao comunismo poderão ser eficazes quando aplicadas a um conflito de ideias e religiões, sectores da sociedade norte-americana tendem a advogar a necessidade de reforçar e recuperar a imagem dos EUA no exterior, cujo *soft power* se encontrava, no final da administração Bush, fortemente enfraquecido. Os resultados da eleição de Barack Obama e o apoio que este granjeou internacionalmente, durante a campanha presidencial, poderão ser um indicador de que os EUA desejam reforçar de novo o seu poder de atracção e de sedução e, para isso, recorrerão a estratégias de *soft power*, mais do que a estratégias de *hard power*, para se afirmarem num mundo multilateral.

Nos alvares do século XXI, em que diversas potências procuram ganhar um papel hegemónico, por um lado as antigas potências do Ocidente, onde sobressaem os EUA, a par da UE, com o seu histórico eixo Paris-Berlim e Londres, por outro lado os

países que integram os BRIC, permanece ainda uma incógnita como se configurará o mundo no decurso deste século.

Portugal, não obstante a sua dimensão e os seus recursos, teve sempre o seu lugar entre as potências mundiais, como herança do seu passado colonial, iniciado com o movimento das Descobertas, no século XV. É como consequência de ter sido uma potência colonial até quase aos finais do século XX que se joga actualmente a influência externa de Portugal, em torno da Lusofonia, como elemento aglutinador dos países que integram a CPLP, seja no próprio contexto da CPLP seja no contexto da integração europeia.

Dado o universo dos falantes do português a nível internacional, a LP granjeia um papel de relevo entre as línguas mais faladas no mundo e é uma língua estratégica no espaço da UE. Mas este relevo advém sobretudo do universo de falantes do Brasil – através do português do Brasil – do que do universo de falantes do português europeu. Por esse motivo, considera-se que Portugal deverá adoptar estratégias de aproximação ao Brasil, no sentido da afirmação da LP no mundo, com a mesma máxima que hoje define a política cultural europeia e que se adapta também ao espírito da CPLP – “a unidade na diversidade”. Unidade da Língua Portuguesa numa diversidade de variantes linguísticas e de culturas que se exprimem neste idioma, como prova o Acordo Ortográfico ratificado em 2008.

Não obstante todo o potencial que o mundo de expressão portuguesa poderá ter para Portugal, a afirmação do país no mundo só poderá ter sucesso se houver uma articulação das acções a nível nacional. Como se referiu, existe uma pluralidade de actores a nível nacional que concorrem para a afirmação da língua e da cultura portuguesa no mundo, seja a nível estatal seja a nível do sector privado. No sector estatal, pensa-se que, tal como foi definida uma “visão estratégica para a cooperação portuguesa” deveria ser igualmente definida uma visão estratégica para a diplomacia cultural portuguesa, com uma reflexão clara e inequívoca sobre qual o interesse nacional hoje, qual o papel nacional (*national role*) a desempenhar por Portugal no concerto das nações, qual a imagem de Portugal que se pretende promover, em suma, qual a *national brand*, a marca nacional portuguesa. Ainda que seja inequívoco que Portugal tenha vindo a incrementar uma diplomacia cultural, a qual remonta, em termos oficiais, aos anos trinta do século XX, com a Junta de Educação Nacional, em 1929, a

verdade é que o sucesso das estratégias adoptadas não é facilmente atestável. Por esse motivo, advoga-se a necessidade de articulação de todos os organismos estatais, com especial enfoque na acção desempenhada pelo Instituto Camões, com base em linhas orientadoras comuns e consentâneas com um interesse nacional claramente definido. No entanto, este interesse nacional, mesmo que orientado para o reforço da economia, não se podendo negar que à Língua portuguesa corresponde 17% do produto interno bruto, e que, de alguma forma, a diplomacia cultural esteve sempre ao serviço da diplomacia económica, deverá ser também orientado para o diálogo das civilizações e para um contributo real de Portugal para a paz e o entendimento dos povos. Em face das estratégias adoptadas por Portugal, considera-se que este tem dado sinais de adoptar como objectivo principal promover univocamente uma imagem de Portugal, defendendo apenas os seus interesses, por meio, essencialmente da divulgação da Alta Cultura portuguesa, no que sucessivas gerações de Leitores têm desempenhado um papel preponderante.

À semelhança das práticas já adoptadas por potências com um passado de sucesso na diplomacia cultural, nomeadamente a França, a Inglaterra e a Alemanha, considera-se que Portugal, na sua acção cultural externa, deveria abrir-se mais ao mundo e, imbuído de um espírito de reciprocidade e de mutualidade, que parecem não ser ainda conceitos estruturantes da diplomacia cultural portuguesa, fosse capaz de trazer a Portugal imagens de outros povos e culturas, numa verdadeira política de diálogo intercultural, que parece ainda cingir-se apenas à retórica política. Esta abertura poderia materializar-se, por exemplo, por meio de um investimento na radiodifusão em línguas estrangeiras estratégicas, para além do português, uma vez que o recurso apenas ao português circunscreve a diplomacia pública, realizada através dos *media*, praticamente só ao universo dos falantes do português, seja numa perspectiva de língua materna seja não materna, deixando de fora da esfera de influência todo o público que não conhece a LP. Estas têm sido as práticas adoptadas pelos canais internacionais públicos de outros países, que, desta forma, conseguem atingir públicos diversos – difundindo em árabe, farsi, mandarim, etc. – aumentando, assim, seu *soft power* a nível global.

Em suma, para que Portugal se afirme no mundo do século XXI e seja capaz de ser um protagonista “no combate à guerra das ideias” – no sentido da criação de um mundo pacífico – terá, em sentido figurado, de se dotar dos instrumentos usados numa

guerra verdadeira – definir uma estratégia coerente de promoção de uma imagem externa de Portugal, orientada para o cumprimento de um objectivo definido, percebendo qual o interesse nacional; consciente de que não pode travar esta guerra isolado, fomentar uma política de alianças com aliados de relevo, aproximando-se do Brasil e dos restantes países membros da CPLP; ter um “exército” e estruturas treinadas e capacitadas para a promoção da Língua e Cultura portuguesa no estrangeiro, investindo nos quadros e nas acções culturais, com uma perspectiva de médio e longo prazo. Mais do que ter uma diplomacia cultural importa definir uma política cultural externa a longo prazo.

Como se referiu ao longo desta dissertação, a dificuldade em aferir a afirmação da diplomacia cultural reside na incapacidade de prever quais serão os seus frutos e quando é que estes se manifestarão. Promover uma diplomacia cultural baseia-se na “fé” de que esta dará um dia os seus frutos, mas, para tal, é preciso investir em meios e recursos financeiros, porque o *soft power requires hard dollars*¹¹⁸.

Enquanto a diplomacia cultural portuguesa permanecer sobretudo ao nível da retórica política, os seus resultados ficarão aquém do potencial de afirmação de Portugal no mundo através da Língua e da Cultura portuguesa.

¹¹⁸ “O *soft power* requer muitos dólares”. Cynthia P. Schneider, “Culture Communicates: US Diplomacy That Works”, in *The New Public Diplomacy – Soft Power in International Relations*, p. 163.

BIBLIOGRAFIA

ARNDT, Richard, *First Resort of Kings – American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*, Washington, Potomac Books, 2005.

BERRIDGE, G.R., Maurice Keens-Soper, T.G. Otte, *Diplomatic Theory from Machiavelli to Kissinger*, Hamphiser, Palgrave, 2001.

BOUND, Kirsten *et al.*, *Culture is a central component of international relations. It's time to unlock its full potential...*, Londres, Demos, 2007.

BRITO, Nuno Filipe, “Política Externa Portuguesa. O Futuro do Passado”, in *Revista Relações Internacionais*, n.º 5, Março de 2005.

BROWN, John, “Arts Diplomacy: The neglected aspect of Cultural Diplomacy”, in <http://uscpublicdiplomacy.org>

CASTRO, Ivo, *Curso de História da Língua portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

CHAUBET, François, *La Politique Culturelle Française et la Diplomatie de la Langue – L'Alliance Française (1883-1940)*, Paris, l'Harmattan, 2006.

CHAY, Jongsuk (ed.), *Culture and International Relations*, Nova Iorque, Praeger, 1990.

COELHO, Eduardo Prado, “Política Cultural Externa. Um balanço”, *Revista Obs.*, n.º 2, Observatório das Actividades Culturais, Outubro de 1997.

COELHO, João Nuno, “«Ondulando a Bandeira»: Futebol e Identidade Nacional”, in *Revista Relações Internacionais*, n.º 2, Lisboa, 2004.

CORREIA, José de Matos, “A integração na União Europeia e o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, in *Revista Nação e Defesa*, n.º 115 - 3.ª série, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Outono-Inverno, 2006.

Cultural Diplomacy – The Linchpin of Public Diplomacy, Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy, U.S. Department of State, in <http://www.state.gov/documents/organization/54374.pdf>

CUMMINGS JR., Milton C., “Cultural Diplomacy and the United States Government: a Survey”, Washington, D.C., Center for Arts and Culture, 2003.

DANTAS, Vera, *A Dimensão Cultural do Projecto Europeu - Da Europa das Culturas aos Pilares de uma Política Cultural Europeia*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

DEHOVE, Mario (dir.), *O novo estado da Europa – As ideias-força para compreender os novos contextos da União*, Lisboa, Europa, 2004.

DELPECH, Thérèse, *L'ensauvagement - Le retour de la barbarie au XXIe siècle*, Paris, Bernard Grasset, 2005.

DOLLOT, Louis, *Les Relations Culturelles Internationales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

DONALDSON, Frances, *The British Council - The first fifty years*, Londres, Jonathan Cape, 1984.

DUBOSCLARD, Alain *et al.*, *Entre rayonnement et réciprocité - Contributions à l'histoire de la diplomatie culturelle*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002.

FANJUL, Enrique, “30 años de reforma en China”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

FEIGENBAUM, Harvey, “Globalization and Cultural Diplomacy”, in <http://www.culturalpolicy.org/pdf/globalization.pdf>

FINN, Helena K., “The Case for Cultural Diplomacy”, Foreign Affairs, in <http://www.foreignaffairs.org>

FONTOURA, Luís de Oliveira, “CPLP. A Importância do Brasil no Espaço Lusófono”, in Revista *Negócios Estrangeiros*, n.º 10, Fevereiro de 2007.

GIL, José, Portugal, *Hoje – O medo de existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2005.

GRADDOL, David, *English Next*, British Council, in <http://www.britishcouncil.org/learning-research-english-next.pdf>

GRADDOL, David, *The Future of English?*, British Council, in <http://www.britishcouncil.org/learning-elt-future.pdf>

GRESH, Alain (dir.), *L'Atlas du Monde Diplomatique*, Paris, Le Monde Diplomatique, 2006.

GUEDES, Armando Marques, “A Diplomacia Cultural e a Diplomacia: a política portuguesa de criação de Leitorados de Língua e Cultura”, *Estudos Orientais* 6, 205-206, Instituto Oriental, FCSH-UNL, 1997.

GUEDES, Armando Marques, “A Dispersão e o Centralismo Burocrático – Disputas na Cooperação Cultural Bilateral do Estado Português, 1974-1999”, in *Themis: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, A. 1, n.º 1, 2000.

GUEDES, Armando Marques, “Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado”, 1974-1999, FDUNL n.º7, 1999, in <http://www.estig.ipbeja.pt>

GUEDES, Armando Marques, “Identidade, propaganda e nacionalismo. O projecto de Leitorados de Língua e Cultura portuguesas, 1921-1997”, *Lusotopie*: 107-132, Paris, Karthala, 1998.

GUEDES, Armando Marques, “Identidade, propaganda, nacionalismo e projecto de Leitorados de Língua e Cultura portuguesas – 1921-1997”, em *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.ª série, vol. XI, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1999.

GUEDES, Armando Marques, “Elites, Propaganda e Poder Brando: A Diplomacia Cultural Bilateral do Estado Português na China, 1991-1993”, in *Estudos sobre a China*, vol. II, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1999.

GUERRERO, Catalina, “El audiovisual público como potente altavoz de un país ante el mundo: el ejemplo francés”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

HUNTINGTON, Samuel P., *The Clash of Civilization and the Remaking of World Order*, Londres, Simon & Schuster, 2002.

JAKOB, Fabien, *Politique Culturelle de l'Union européenne et Protection Communautaire des Biens Culturels*, Nice, Éditions Bénévent, 2006.

KAGAN, Robert, *Paradise & Power - America and Europe in the New World Order*, Londres, Atlantic Books, 2003.

KIEHL, William P. (ed.), “America’s Dialogue with the World”, in <http://www.udel.edu/global/publications/talkintome.pdf>

KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era*, Nova Iorque, Vintage Books, 2003.

KURLANTZICK, *Charm Offensive - How China’s Soft Power is Transforming the World*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2007.

LA PORTE, Teresa, “La Diplomacia Cultural Americana: Una apuesta por el recurso al poder blando”, Real Instituto Elcano, <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

LOPES, António Simões, “Língua portuguesa, Multiculturalismo e Cooperação Económica”, in XVI Encontro da Associação das Universidades de Língua portuguesa Macau-China 2006, Lisboa, AULP, 2008.

MARCO, Elvira, “Una Mirada al sistema británico de relaciones culturales internacionales: acción cultural exterior y diplomacia pública”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

MAGALHÃES, José Calvet, *Breve História Diplomática de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

MAGONE, José M., *The Developing Place of Portugal in the European Europe*, Londres, Transaction, 2004.

MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Uma Política de Língua Para o Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *RILP – Revista Internacional da Língua Portuguesa*, n.º 7, Associação das Universidades de Língua portuguesa, Lisboa, 1992.

MATEUS, Maria Helena Mira e Luísa Teotónio Pereira (orgs.), *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri e CIDAC, 2005.

MELISSEN, Jan (ed.), *The New Public Diplomacy - Soft Power in International Relations*, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2007.

MICHALSKI, Anna, “The EU as a Soft Power: the force of Persuasion”, in *The New Public Diplomacy - Soft Power in International Relations*, Hampshire, Palgrave Macmillan, 2007.

MINK, Alain, *Relações Transatlânticas Europa – EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, 2004.

MITCHELL, J.M., *International Cultural Relations*, Londres, Allen & Unwin, 1986.

MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Coimbra, Almedina, 2007.

MOREIRA, Adriano, “A Diplomacia Portuguesa”, in *Revista Negócios Estrangeiros*, n.º 10, Fevereiro de 2007.

MOREIRA, Adriano, “O Poder Cultural”, in *Nação e Defesa*, n.º 18, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Abril-Junho, 1981.

MOREIRA, Lino, “Língua Portuguesa, Referência para a Cooperação e Desenvolvimento”, in *XVI Encontro da Associação das Universidades de Língua portuguesa Macau-China 2006*, Lisboa, AULP, 2008.

NEVES, Fernando dos Santos, “Lusofonia, Língua Portuguesa e Estratégia Geopolítica”, in *Revista Internacional da Língua portuguesa*, n.º 3, Lisboa, 2004.

NINKOVICH, Frank, *U.S. Information Policy and Cultural Diplomacy*, Nova Iorque, Foreign Policy Association, 1996.

NYE JR., Joseph S., *Soft Power - The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs, 2004.

NYE JR., Joseph S., *The Paradox of American Power – Why the World’s only Superpower can’t go it alone*, Oxford, Oxford University Press, 2002.

NYE JR., Joseph S., “Leadership and American Foreign Policy”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

NYE JR., Joseph S., “Redefining the national interest - Confusion after Kosovo”, Foreign Affairs, in <http://www.foreignaffairs.org>

OLIVEIRA, Gilvan Müller de e Clara Dornelles, “Políticas internacionais del português”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

OLIVEIRA, Pedro Aires, “O reencontro com a Europa”, in *História*, n.º 32, 2001.

OSTLER, Nicholas, *Empires of the Word - A Language History of the World*, Nova Iorque, Harper Perennial, 2005.

OSTLER, Nicholas, “Síntese da intervenção de Nicholas Ostler”, in *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008.

PALMA, Elisabete Cortes, *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa – Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

PAULMANN, Johannes, “Representation without emulation - German Cultural Diplomacy in Search of Integration and Self-Assurance during the Adenauer Era”, in *German Policy and Society*, volume 25, n.º 2, 2007.

PELLS, Richard, *Not Like Us - How Europeans have loved, hated and transformed American Culture since World War II*, Nova Iorque, Basic Books, 1997.

PETERSON, G. Peter *et al.*, “Finding America’s Voice: A Strategy for Reinvigorating U.S. Public Diplomacy. Report of an Independent Task Force sponsored by the Council of International Relations”, Council on Foreign Relations, in <http://www.cfr.org>

PETRAS, James, “Who Paid the Piper: The CIA and the Cultural Cold War”, in http://findarticles.com/p/articles/mi_m1132/is_6_51/ai_57815254

PINTO, Maria do Céu, “Portugal e a Lusofonia: retórica, trunfos e ilusões. Potencialidades da Lusofonia”, in *Cidadania e Defesa*, n.º 33, Lisboa, Novembro – Dezembro, 2008.

PREVOTS, Naima, *Dance for Export - Cultural Diplomacy and the Cold War*, Middletown, Wesleyan University Press, 2001.

Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação, Conselho da Europa, Lisboa, Asa, 2001.

ROCHE, François e Bernard Pigniau, *Histoires de diplomatie culturelle des origines à 1995*, Paris, La Documentation Française, 1995.

ROTH, Jaime Otero, “La Nueva Diplomacia Cultural China”, Real Instituto Elcano, in <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal>

RUGH, William A. (ed.), *Engaging the Arab & Islamic Worlds through Public Diplomacy: A Report and Action Recommendations*, Washington, Public Diplomacy Council, 2004.

SABLOSKY, Juliet Antunes, “Recent trends in Department of State Support for Cultural Diplomacy: 1993-2002”, Center for Arts and Culture, in <http://www.culturalpolicy.org>

SAID, Edward W., *Orientalismo*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa – Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa, Livros Cotovia, 2005.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Impactos Culturais da Expo'98*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 1999.

SANTOS, Victor Marques dos, “Cultura e Poder – Breves Reflexões sobre o Vector Cultural do Poder Nacional”, in *Nação e Defesa*, Revista do Instituto de Defesa Nacional, série “Defesa Nacional Anos Noventa”, n.º 1, Lisboa, I.D.N., 1990.

SANTOS, Victor Marques dos, “Lusofonia e Projecção Estratégica. Portugal e a CPLP”, in *Nação e Defesa*, n.º 109, 2.ª série, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Outono-Inverno, 2004.

SANTOS, Victor Marques dos, “Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa, in *Revista Negócios Estrangeiros*, n.º 8, Julho de 2005.

SILVA, Lino Moreira da, “O Português, Língua de Futuro – do Ocidente ao Oriente”, in *Revista Internacional da Língua portuguesa*, n.º 3, Lisboa, 2004.

SOUSA, Helena, “Os Media ao Serviço do Imaginário: Uma reflexão sobre a RTPInternacional e a Lusofonia”, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, in <http://hdl.handle.net/1822/1621>.

STEINER, George, *A Ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2005.

SZÁNTÓ, András, “A New Mandate for Philantropy? U.S. Foundation support for International Arts Exchanges”, Center for Arts and Culture, in <http://www.culturalpolicy.org>

TEHLAMI, Shibley, “Reaching the Public in the Middle East” in *Engaging the Arab & Islamic Worlds through Public Diplomacy: A Report and Action Recommendations*, Washington, Public Diplomacy Council, 2004.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “A Europeização da Política Externa Portuguesa”, Instituto Português de Relações Internacionais, in <http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=7>

TÉNIER, Jacques, *Intégrations régionales et mondialisation – Complémentarité ou Contradiction*, Paris, La Documentation Française, 2003.

URFALINO, Philippe, *L’Invention de la Politique Culturelle*, Paris, Hachette, 2004.

VERDELHO, Telmo, “Encontro do Português com as línguas não europeias. Textos Interlinguísticos”, in *Encontro do Português com as línguas não europeias – Exposição de textos interlinguísticos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de PT, 2008.

WALKER, R.B.J., “The concept of Culture in the theory of International Relations”, in *Culture and International Relations*, Nova Iorque, Praeger, 1990.

WYSZOMIRSKI, Margaret, “International Cultural Relations: A Multi-Country Comparison”, in <http://www.culturalpolicy.org>

ŽIŽEK, Slavoj, *Que veut l’Europe? – Réflexions sur une nécessaire réappropriation*, Paris, Climats, 2005.

Nota – Todos as fontes bibliográficas resultantes de consultas a sítios electrónicos referenciados na bibliografia estavam disponíveis no dia 01.03.2009.

Nota – Para acesso a uma bibliografia extensiva sobre temas relacionados com diplomacia cultural, sugere-se a consulta do sítio electrónico do Instituto de Diplomacia Cultural (Institute for Cultural Diplomacy – vide <http://www.culturaldiplomacynews.org/index.php?books> [acesso a 01.03.2009])

Legislação consultada

Constituição da República Portuguesa, Comentários e notas de Vitalino Canas, Lisboa, 2004.

Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho.

Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 27 de Novembro.

Portaria n.º 509/2007, de 30 de Abril de 2007.

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, “Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado”, COM (2007) 242, 10.05.2007

Imprensa

Courrier International, n.º 156, Lisboa, Fevereiro, 2009, “A arma da sedução”

Courrier International, n.º 156, Lisboa, Fevereiro, 2009, “Um espaço aberto, mas sem identidade”

Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 997, de 17 a 30 de Dezembro, “Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões. 80 anos de Cultura e Ciência”

Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 999, de 14 a 27 de Janeiro, “Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões. 80 anos de Cultura e Ciência (2.ª parte)”

La Bataille des Langues, Manière de voir, Le Monde Diplomatique, 2008.

Sítios na internet consultados

<http://europa.eu/>

www.alliancefr.org/

www.britishcouncil.org

www.cfr.org

www.confuciusinstitute.net

www.cplp.org

www.culturaldiplomacy.org

www.culturalpolicy.org

www.ethnologue.com

www.eurocid.pt

www.foreignaffairs.org

www.goethe-institut.de

www.ihc.fcsh.unl.pt

www.iilp-cplp.cv

www.instituto-camoes.pt

www.ipor.org.pt

www.ipri.pt.pt

www.janusonline.pt

www.lusa.pt

www.min-nestrangeiros.pt

www.observatoriolp.com

www.portal.unesco.org

www.portugal.gov.pt

www.realinstitutoelcano.org

www.wikipedia.org

GLOSSÁRIO

Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões (CLP/IC) – Um Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões é uma estrutura física criada pelo Instituto Camões numa determinada instituição de ensino superior estrangeira ou numa organização internacional, no âmbito de um protocolo de cooperação celebrado para o efeito. O CLP/IC é gerido pelo Leitor do Instituto Camões colocado nessa instituição, em articulação com um elemento designado pela instituição de acolhimento, normalmente o Chefe do Departamento, que tem o estatuto de co-responsável do CLP/IC, no caso dos CLP/IC instalados em universidades. O CLP/IC tem um orçamento anual atribuído pelo Instituto Camões, que é gerido pelo Leitor. A dinamização cultural do CLP/IC realiza-se no âmbito do cumprimento de um Plano Anual de Actividades submetido à aprovação do Instituto Camões.

Os CLP/ICs são *i)* centros de recursos bibliográficos, multimédia, informáticos e audiovisuais, para apoio logístico e material a universidades/organizações internacionais em que o Português tem potencial de expansão. *ii)* Consistem também em centros de apoio à formação de professores e portugueses. *iii)* Em alguns casos, podem funcionar como centros de exames no âmbito do sistema de certificação e avaliação de Português Língua Estrangeira (SCAPLE).

O estabelecimento de um CLP/IC numa determinada universidade ou organização internacional obedece a um objectivo estratégico que poderá ser o apoio à criação ou consolidação de Departamentos de Português em instituições de ensino superior que permitam a valorização da imagem da Língua Portuguesa como língua estratégica para a comunicação internacional. Para além dos CLP/IC em universidades estrangeiras, são abertos também CLP/IC em organizações internacionais onde o Português é língua de trabalho, nomeadamente a SADC, CEDEAO, União Africana, entre outras, organizações internacionais onde os Leitores prestam apoio à formação dos quadros na área da interpretação e tradução.

Instituto Camões - Centro Cultural Português (IC-CCP) – Estabelecimento criado pelo governo português, para apoio à execução a política cultural externa, em cidades

consideradas estratégicas (cf. Mapa constante do Anexo 1). Em geral, os IC-CCP desenvolvem a sua actividade em articulação com as missões diplomáticas creditadas na capital, funcionando, inclusivamente, em geral, nas próprias instalações da chancelaria, isto é, nas próprias instalações da Embaixada de Portugal. Os IC-CCP são dirigidos, geralmente, por um Adido Cultural ou por um Conselheiro Cultural junto da missão diplomática, que, localmente, reporta ao Chefe da missão, o Embaixador de Portugal. Os Adidos/Conselheiros são designados por nomeação política. No início de 2009, existem 19 IC-CCP. Os IC-CCP, no âmbito da orgânica do Instituto Camões, reportam à Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa. Os Adidos/Conselheiros Culturais têm diversas atribuições profissionais, entre as quais dinamizar actividades culturais no espaço que dirigem, mediante o cumprimento de um Plano Anual de Actividades (ciclos de cinema, colóquios, conferências, espectáculos musicais e teatrais, feiras, exposições, *workshops*, entre outros) submetido à aprovação do Instituto Camões, e serem agentes de diplomacia pública e cultural no país onde exercem funções, contribuindo para o diálogo intercultural entre Portugal e os países onde estão instalados os IC-CCP. Os Directores dos IC-CCP gerem um orçamento anual atribuído pelo Instituto Camões e angariam, quando necessário, apoios locais e subsídios em regime de mecenato. Os IC-CCP disponibilizam também recursos bibliográficos, multimédia e audiovisuais para apoio à promoção e à divulgação da Língua e da Cultura Portuguesa no estrangeiro.

Leitor do Instituto Camões – Um Leitor do Instituto Camões é um professor de Língua e Cultura Portuguesa numa perspectiva de PLNM (Português Língua Não Materna), colocado numa instituição de ensino superior estrangeira. A selecção dos Leitores faz-se por concurso público. Por esse motivo, os Leitores são contratados pelo Estado português e os respectivos ordenados são pagos integralmente por Portugal, podendo estes permanecer no posto até um limite de seis anos. Para além da figura de Leitor, em muitas instituições de ensino superior, existe a figura do Docente. Os Docentes do Instituto Camões são seleccionados pela Universidade e contratados por esta, no âmbito de um protocolo de cooperação estabelecido entre o Instituto Camões e a referida instituição, por um período de tempo determinado, que poderá ser de três a cinco anos, em regra. No caso dos Docentes, a contratação é assumida pela Universidade e o pagamento dos vencimentos é subsidiado pelo Instituto Camões, nos termos do protocolo de cooperação firmado para o efeito. Em ambos os casos, o posto

de docência é designado de Leitorado, ainda que o professor que o ocupa tenha um vínculo contratual diferenciado, conforme se trate de um Leitor ou de um Docente. As atribuições profissionais de um Leitorado do Instituto Camões numa instituição de ensino superior estrangeira consistem em ensinar Português Língua Segunda (nos países que adoptam a Língua Portuguesa como língua oficial) ou Língua Estrangeira, em universidades estrangeiras. Para além das funções lectivas, os Leitores/Docentes do Instituto Camões desenvolvem também acções de promoção da Cultura Portuguesa nas universidades e/ou comunidades em que se inserem, no âmbito de um Plano Anual de Actividades aprovado pela Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no estrangeiro, a quem reportam institucionalmente.

Nos países em que o Português tem estatuto de língua oficial, ou seja, os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Leitores desempenham também funções de formadores, visto que, em geral, estão colocados em instituições de ensino superior que formam professores de Português, sendo os Leitores do Instituto Camões, neste caso, formadores de formadores.

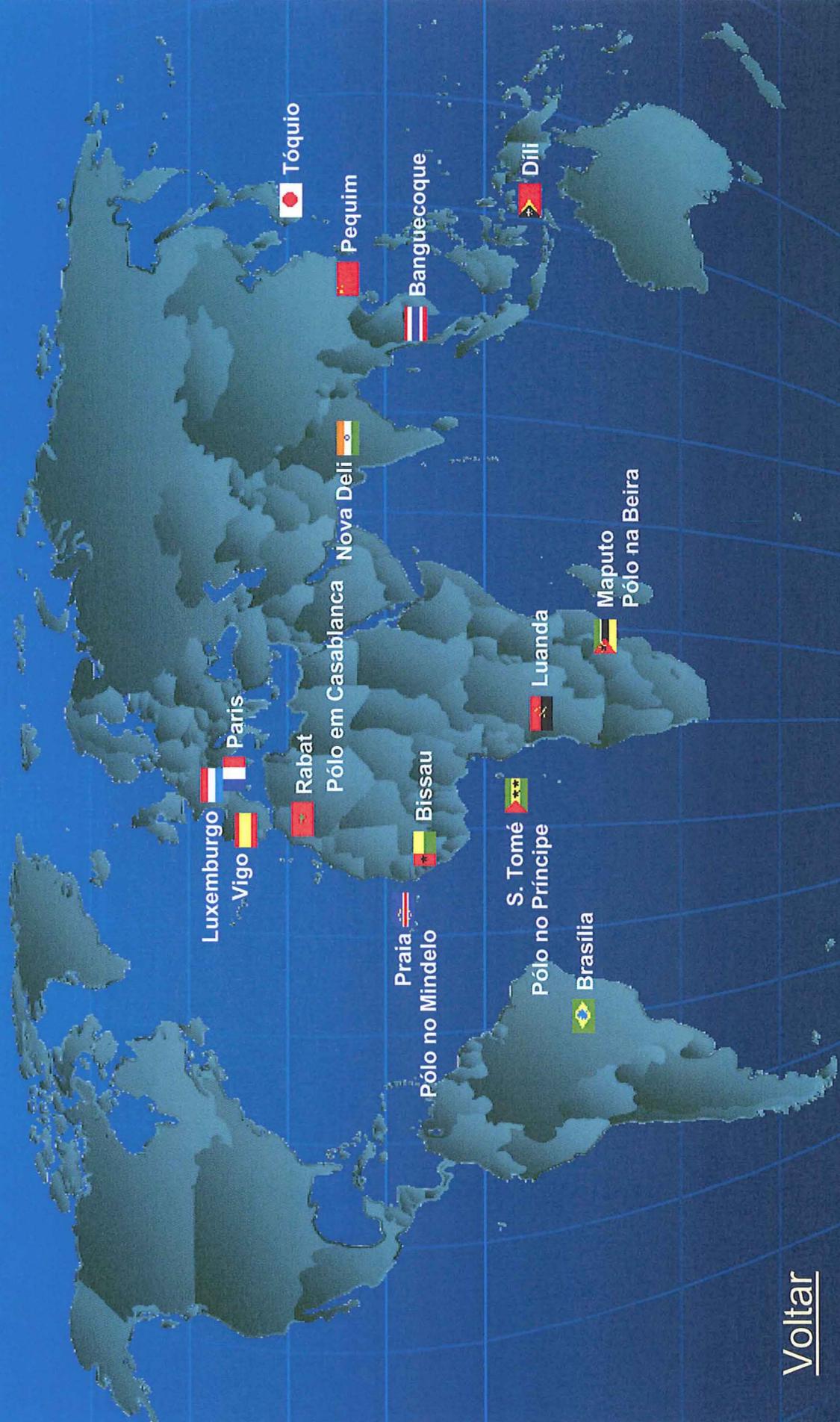
A designação de “Leitor” advém da terminologia usada na carreira universitária no passado, consistindo na categoria mais baixa da carreira académica, correspondente actualmente à categoria de assistente universitário.

ANEXOS

ANEXO 1
Rede de Instituto Camões – Centros Culturais Portugueses

Nota – O mapa apresentado constam da ligação “Portugal Geopolítico” constante do sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, *in* <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/>
[Acesso em 01.03.2009]

Centros Culturais Portugueses



ANEXO 2

Rede de Centros de Língua Portuguesa – Instituto Camões

Nota – O mapa apresentado constam da ligação “Portugal Geopolítico” constante do sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, *in* <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/> [Acesso em 01.03.2009]

Estruturas de Apoio

Centros de Língua Portuguesa / Instituto Camões

